



**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO NO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 050/2022 – GP/TCE, publicada no Diário Eletrônico do TCE/RN nº 3042, do dia 29 de abril de 2022, no uso de suas atribuições e com fundamento nos arts. 3º e 7º, da Resolução nº 024/2021-TC, que regulamenta e institui o Programa de Estágio no âmbito do TCE/RN, torna públicos os cadernos de provas objetivas e os respectivos gabaritos do processo seletivo para preenchimento de vagas imediatas e formação de cadastro de reserva para estágio remunerado de graduação no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN):

ADMINISTRAÇÃO

1	A	11	A	21	C	31	B
2	C	12	B	22	B	32	B
3	A	13	C	23	D	33	D
4	D	14	D	24	D	34	D
5	B	15	D	25	A	35	A
6	B	16	B	26	B	36	A
7	D	17	B	27	A	37	B
8	C	18	C	28	C	38	C
9	C	19	A	29	D	39	D
10	A	20	A	30	C	40	A

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1	C	11	A	21	A	31	B
2	B	12	B	22	C	32	B
3	D	13	C	23	A	33	D
4	D	14	D	24	D	34	D
5	A	15	D	25	B	35	A
6	B	16	B	26	B	36	A
7	A	17	B	27	ANULADA	37	B
8	C	18	C	28	C	38	C
9	D	19	A	29	C	39	D
10	C	20	A	30	A	40	A

DIREITO

1	B	11	A	21	C	31	A
2	B	12	C	22	B	32	B
3	D	13	A	23	D	33	C
4	D	14	D	24	D	34	D
5	A	15	B	25	A	35	D
6	A	16	B	26	B	36	B
7	B	17	D	27	A	37	B
8	C	18	C	28	C	38	C
9	D	19	C	29	D	39	A
10	A	20	A	30	C	40	A



ENGENHARIA CIVIL

1	A	11	C	21	B	31	A
2	B	12	B	22	B	32	C
3	C	13	D	23	D	33	A
4	D	14	D	24	D	34	D
5	D	15	A	25	A	35	B
6	B	16	B	26	A	36	B
7	B	17	A	27	B	37	D
8	C	18	C	28	C	38	C
9	A	19	D	29	D	39	C
10	A	20	C	30	A	40	A

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal/RN, 20/06/2022.

MARISE MAGALY
QUEIROZ ROCHA:
52322033472

Digitally signed by MARISE MAGALY QUEIROZ ROCHA:52322033472
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5,
ou=18977292000182, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=MARISE MAGALY QUEIROZ ROCHA:52322033472
Reason: I am the author of this document
Location: your signing location here
Date: 2022.06.20 07:51:15-03'00'
Foxit Reader Version: 10.1.1

Marise Magaly Queiroz Rocha
Presidente da Comissão
Portaria nº 050/2022 – GP/TCE

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO
NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
(EDITAL N. 003/2022-TCE/RN)**

ÁREA DE FORMAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO

NOME DO CANDIDATO(A): _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____ **CPF:** _____



CADERNO DE PROVA OBJETIVA

Instruções:

- Esta prova é composta de 40 (quarenta) questões do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais, correspondentes às Noções sobre a Organização do TCE/RN, e 30 (trinta) questões sobre Conhecimentos Específicos, conforme conteúdo programático indicado no Edital.
- Cada uma das questões valerá 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos, totalizando assim o valor máximo de 10 (dez) pontos.
- Haverá, na folha de respostas, para cada questão, quatro campos de marcação: um campo para cada uma das quatro opções A, B, C e D, sendo que o(a) candidato(a) deverá preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando da questão.
- Não será permitida a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e (ou) legislação.
- O(a) candidato(a) deverá estar munido(a) somente de caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente e do documento de identidade original.
- Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha durante a realização da prova.
- Será eliminado da seleção o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando: a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, Walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.; b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros e protetor auricular; c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.
- Somente serão permitidos lanches de rápido consumo, desde que armazenados em material transparente e sem rótulos que impeçam a visualização de seu conteúdo.
- O(a) candidato(a) deverá portar sua própria garrafa de água em material transparente e sem rótulo.
- A prova terá duração máxima de 03 (três) horas, no período das 09h00min às 12h00min.
- O(a) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, 1h após o seu início. A inobservância deste item acarretará a eliminação do(a) candidato(a) do processo seletivo.
- O(a) candidato(a) somente poderá retirar-se levando consigo o caderno de provas após 1h30min do início das provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer nas respectivas salas até que o(a) último(a) candidato(a) entregue a prova.

PARTE I – CONHECIMENTOS GERAIS.

- 1) A respeito da natureza e competência do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, compete ao TCE/RN:**
 - a) Suspender, cautelarmente, a execução de ato ou procedimento, diante da iminência de lesão grave e de difícil reparação ao patrimônio público, ou determinar a sua suspensão, no caso de contrato.
 - b) Julgar as contas do Governador do Estado, no prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento.
 - c) Julgar as contas das administrações municipais, até o final do exercício seguinte a que se referem as contas.
 - d) Solucionar consulta formulada por órgão ou entidade sujeita à sua jurisdição sobre a interpretação de lei ou regulamento em matéria abrangida pelo controle externo, tendo a decisão caráter normativo, como prejudgamento do caso concreto.

- 2) A jurisdição do TCE/RN NÃO abrange:**
 - a) Qualquer pessoa ou entidade que receba recursos dos cofres públicos para a execução de serviços públicos estaduais ou municipais.
 - b) Os servidores estaduais e municipais que recebam dinheiro a título de suprimentos de fundos, ou forma equivalente.
 - c) Os dirigentes ou liquidantes de empresa encampada ou sob intervenção, ou que, de qualquer modo, venha a integrar, desde que permanentemente, o patrimônio do Estado, de Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal.
 - d) Os dirigentes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos do Estado ou de Município.

- 3) A respeito da organização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta.**
 - a) Compete ao Pleno do TCE/RN decidir sobre consulta formulada por autoridade competente.
 - b) O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte tem sede em Natal, Capital do Estado, e compõe-se de nove Conselheiros.
 - c) Ao Tribunal é assegurada autonomia funcional e administrativa, mas não financeira.
 - d) Compete às Câmaras do TCE/RN aprovar os planos de fiscalização a serem executados.

- 4) A respeito do funcionamento do Pleno do TCE/RN, assinale a alternativa correta.**
 - a) O Tribunal Pleno iniciará e encerrará os seus trabalhos, respectivamente, no primeiro e último dias úteis de cada período, com a realização de sessão e somente poderá reunir-se e deliberar com a presença de seis membros, sendo, no mínimo, a metade deles Conselheiros titulares.
 - b) Os processos de natureza administrativa serão julgados após o julgamento daqueles constantes na ordem do dia.
 - c) Ainda que iniciado o julgamento do processo, pode o Relator determinar diligência, mesmo que à revelia do Colegiado.
 - d) Qualquer questão preliminar ou prejudicial será decidida antes do mérito, não se conhecendo deste, se incompatível com a decisão proferida naquela.

- 5) As sessões do Pleno poderão ser, EXCETO:**
 - a) Ordinárias.
 - b) Consultivas.
 - c) Extraordinárias.
 - d) Administrativas.

- 6) A respeito das comissões permanentes e temporárias do TCE/RN, assinale a alternativa correta.**

- a) As comissões permanentes de Disciplina, de Controle Interno e de Licitações compõem-se de cinco membros efetivos e três suplentes, designados pelo Presidente, entre servidores do Tribunal.
- b) São permanentes as comissões de Disciplina, de Jurisprudência, de Controle Interno e de Licitações.
- c) As comissões temporárias serão criadas pelo Presidente do Tribunal ou pelo Procurador-Geral de Contas.
- d) A comissão de Jurisprudência e a de Gestão de Pessoas do TCE/RN são de caráter temporário.

7) A respeito das suspeições e impedimentos dos Conselheiros do TCE/RN assinale a alternativa correta:

- a) A exceção de suspeição ou de impedimento poderá ser arguida, a qualquer tempo, na hipótese de motivos supervenientes, inclusive na própria sessão designada para julgamento e, quando julgada procedente, deverá ser designado substituto, que, no entanto, não deverá figurar como novo Relator do processo.
- b) Os casos de suspeição ou impedimento não reconhecidos pelo excepto, serão decididos pelo Tribunal em sessão aberta, por maioria absoluta de votos, com participação do Ministério Público junto ao Tribunal.
- c) Não se aplicam nas hipóteses de suspeição e impedimento arguidas perante o TCE/RN, as disposições previstas no Código de Processo Civil, mas apenas as previstas na sua Lei Orgânica e no seu Regimento Interno.
- d) As suspeições e impedimentos de Conselheiros serão arguidos voluntariamente por estes ou pelas partes interessadas em qualquer oportunidade que lhes for dada falar no processo.

8) Será considerado vago o cargo de Conselheiro, EXCETO:

- a) Pela perda do cargo.
- b) Pela aposentadoria.
- c) Pela promoção.
- d) Pela renúncia.

9) A respeito do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público junto ao Tribunal não poderá celebrar Termo de Ajustamento de Gestão com os jurisdicionados.
- b) Os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas participam das sessões, sem direito a voto, e intervêm, facultativamente, nos processos de prestação ou tomada de contas, admissão de pessoal, concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva remunerada e pensões, denúncias e outros indicados no regimento interno.
- c) Incumbe ao Procurador-Geral, ou seu substituto, oficial, com exclusividade, nos feitos de competência do Pleno do Tribunal, salvo nas hipóteses de apreciação de atos de pessoal sujeitos a registro, cuja competência é comum ao Procurador-Geral e aos demais Procuradores, inclusive para fins recursais.
- d) Em todos os feitos, nos quais lhe caiba funcionar, o Ministério Público junto ao Tribunal será o primeiro a ser ouvido, mesmo quando se tratar de recurso interposto por ele.

10) Com relação aos serviços técnicos e administrativos do TCE/RN, assinale a alternativa que corresponde às atribuições da Secretaria de Controle Externo.

- a) Expedir, sob a supervisão e após a aprovação da Presidência do Tribunal, notas técnicas para orientação dos jurisdicionados quanto à atuação fiscalizatória do controle externo.
- b) Planejar, organizar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas às funções de administração geral, de pessoal, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial e de serviços gerais, necessárias ao funcionamento do Tribunal.

- c) Estabelecer as normas relativas aos serviços internos do Tribunal, nos termos de delegação do Presidente.
- d) Ordenar, por delegação do Presidente, as despesas relativas à administração do Tribunal.

PARTE II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.

11) Motivação para o trabalho é um estado psicológico de disposição, interesse ou vontade de perseguir ou realizar uma tarefa ou meta. De acordo com teorias motivacionais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As práticas motivacionais compreendem todos os tipos de incentivos e recompensas que as organizações oferecem a seus empregados na tentativa de conseguir o desempenho que possibilite a realização de seus objetivos.
- b) Um dos aspectos centrais da teoria dos dois fatores de Herzberg consiste em construir uma escala na qual a satisfação e a insatisfação são extremos opostos de uma mesma régua.
- c) Para a teoria da expectativa, a motivação para fazer algum tipo de esforço está relacionada aos incentivos gerados e independe da importância atribuída ao resultado.
- d) A capacidade de liderar não interfere no processo de motivação, pois são elementos completamente distintos e independentes no processo administrativo.

12) A partir das características dos modelos de liderança, seus desdobramentos e tendências, analise as seguintes afirmativas:

- I. Um líder carismático enxerga o trabalho como um sistema de trocas entre contribuições e recompensas, sem fundo emocional.
- II. A essência das teorias da liderança situacional é a ideia de que a eficácia do estilo de liderança depende da sua capacidade de adequação à situação, considerando diversos aspectos, tais como: relações entre líder e liderados, grau de estruturação da tarefa e maturidade da equipe.
- III. Na liderança transacional, o líder é capaz de incentivar os seguidores a superar seu desempenho passado e seu interesse pessoal, criando um sentido de comprometimento em relação aos objetivos, principalmente, por meio da oferta de recompensas simbólicas.
- IV. A autogestão é uma das tendências mais importantes das organizações do século XXI, com impactos relevantes nas estratégias de liderança.

Considerando o exposto, é CORRETO o que se afirma:

- a) apenas em I e IV.
- b) apenas em II e IV.
- c) apenas em II e III.
- d) apenas em I e III.

13) As teorias da motivação discutem a interação entre fatores internos e externos que impactam o processo motivacional dos indivíduos. Considerando a “teoria dos dois fatores”, desenvolvida por Frederick Herzberg, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O conteúdo do trabalho em si é um fator higiênico, capaz de reduzir insatisfação com o trabalho.
- b) O estilo de liderança é um fator intrínseco, capaz de reduzir insatisfação com o trabalho.
- c) O conteúdo do trabalho em si é um fator intrínseco, capaz de produzir satisfação com o trabalho.
- d) O estilo de liderança é um fator higiênico, capaz de produzir satisfação com o trabalho.

14) Considerando os aspectos centrais dos estudos de McGregor, assinale a alternativa que indica uma pressuposição relacionada à Teoria Y.

- a) O ser humano tem aversão ao trabalho e o evita sempre que possível.
- b) A maioria das pessoas precisa ser controlada para se esforçar e produzir.
- c) O ser humano, de modo geral, prefere ser dirigido, quer evitar responsabilidades, tem pouca ambição e quer segurança acima de tudo.

d) O compromisso com objetivos depende das recompensas associadas à sua consecução.

15) O Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) é o principal instrumento de avaliação dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON, 2019). Na edição de 2019, a avaliação do desempenho dos Tribunais de Contas para o indicador de Gestão de Pessoas contemplou três dimensões: 1) política e estratégia de gestão de pessoas; 2) gestão de carreira; e 3) políticas de bem-estar, acessibilidade e clima organizacional. Considerando uma nota que varia de 0 a 4, o resultado de 2019 apontou pior desempenho médio dos Tribunais de Contas com relação a políticas de bem-estar, acessibilidade e clima organizacional, com média igual a 1,55. Um dos aspectos avaliados nessa última dimensão se refere à realização periódica de pesquisas de clima para identificar oportunidades de melhoria do ambiente de trabalho dos Tribunais de Contas.

Diante desse contexto, considerando conceitos de cultura e clima organizacional, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Por meio do clima organizacional, demonstra-se como as práticas estratégicas, gerenciais e administrativas moldam o comportamento das pessoas.
- b) O estado de ânimo coletivo que os colaboradores de uma organização demonstram em dado momento é denominado cultura organizacional.
- c) O padrão ideal do clima organizacional deve ser determinado pela direção da organização, mesmo que nem sempre agrade e atenda aos anseios dos colaboradores da organização.
- d) O clima organizacional corresponde à percepção que os indivíduos têm da atmosfera em seu ambiente de trabalho, é algo mutável e instantâneo, não se confundindo com a cultura organizacional.

16) Entre as práticas motivacionais podem ser incluídas técnicas de redesenho de cargos que buscam resolver problemas de desempenho humano causados por atividades muito especializadas. Nesse contexto, assinale a alternativa que indica a abordagem organizacional que objetiva a delegação ao funcionário do poder de decisão, autonomia e exige comprometimento com as decisões estratégicas para melhorar o desempenho da organização:

- a) *job enlargement.*
- b) *empowerment.*
- c) *job enrichment.*
- d) *downsizing.*

17) De acordo com o disposto no “Plano Anual de Capacitação para o Exercício de 2022 (PAC/2022)” do TCE-RN, a Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira insere-se no contexto da educação corporativa, logo, as ações educacionais a serem realizadas devem estar alinhadas ao desenho operacional estratégico adotado pelo órgão maior que a abriga. Analise o trecho abaixo, retirado do PAC/2022 da Escola de Contas do TCE-RN:

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS

No modelo social atual, onde a produção e o gerenciamento de informações é a tônica das atividades profissionais, é imperiosa a necessidade de que as pessoas sejam enxergadas como partes desse processo. Nas palavras de VERGARA (2013),

“As organizações precisam de pessoas que criem novos conhecimentos, desenvolvam novas competências, revertam a obsolescência da informação, tomem decisões e encontrem novas soluções”

Assim, propõem-se que o conteúdo programático das ações de capacitação busque desenvolver conhecimentos e habilidades, promovendo o aperfeiçoamento das competências (IRB CONTAS, 2019):

TÉCNICAS, quais sejam, aquelas relacionadas exclusivamente às atividades-fim de cada setor do Tribunal, incluindo as que dizem respeito aos ciclos de auditoria/fiscalização, bem como àquelas pertinentes aos fluxos administrativos internos;

GERENCIAIS, as que são exigidas dos servidores que ocupam cargos de gestão e liderança, por questão de organização institucional ou por organização dos trabalhos de auditoria;

COMPORTAMENTAIS, que além de um comportamento exemplar, ético e de integridade, compreendem as que se relacionam com o trabalho em equipe e os fluxos e processos de comunicação.

Atuando na Escola de Contas, você foi convidado(a) a discutir o planejamento das ações educacionais, considerando as diretrizes do PAC/2022. Nesse contexto, e aplicando o referencial de gestão por competências, analise as afirmativas a seguir:

- I. Existem várias formas ou modelos para identificar necessidades de treinamento ou lacunas de competências que permitem que a Escola de Contas direcione a definição de ações para desenvolver os profissionais, de modo que possam estar preparados adequadamente ao desempenho do trabalho.
- II. As lacunas de competências devem ser identificadas a partir de critérios subjetivos que subsidiem a tomada de decisão dos gestores da Escola de Contas quanto à priorização de soluções de treinamento.
- III. Entre os critérios que podem ser utilizados pela Escola de Contas para subsidiar a decisão de quais competências precisam ser supridas, podem ser destacados: a disponibilidade orçamentária, as necessidades estratégicas, o que poderá ter maior impacto na organização.

Considerando o exposto, é CORRETO o que se afirma:

- a) apenas em I e II.
- b) apenas em I e III.
- c) apenas em II e III.
- d) em I, II e III.

18) Sobre gestão por competências em organizações públicas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A análise de competências requer a comparação entre pares de colaboradores e seus respectivos desempenhos.
- b) Entre as aplicações da gestão por competências, sua utilização para alocação de pessoas não é viável para organizações públicas devido ao advento do concurso público.
- c) A gestão por competências é utilizada com o propósito de revelar o potencial humano, visando ao recrutamento e à seleção de profissionais capazes de atender aos objetivos organizacionais.
- d) A gestão por competências não contempla técnica para avaliações de servidores.

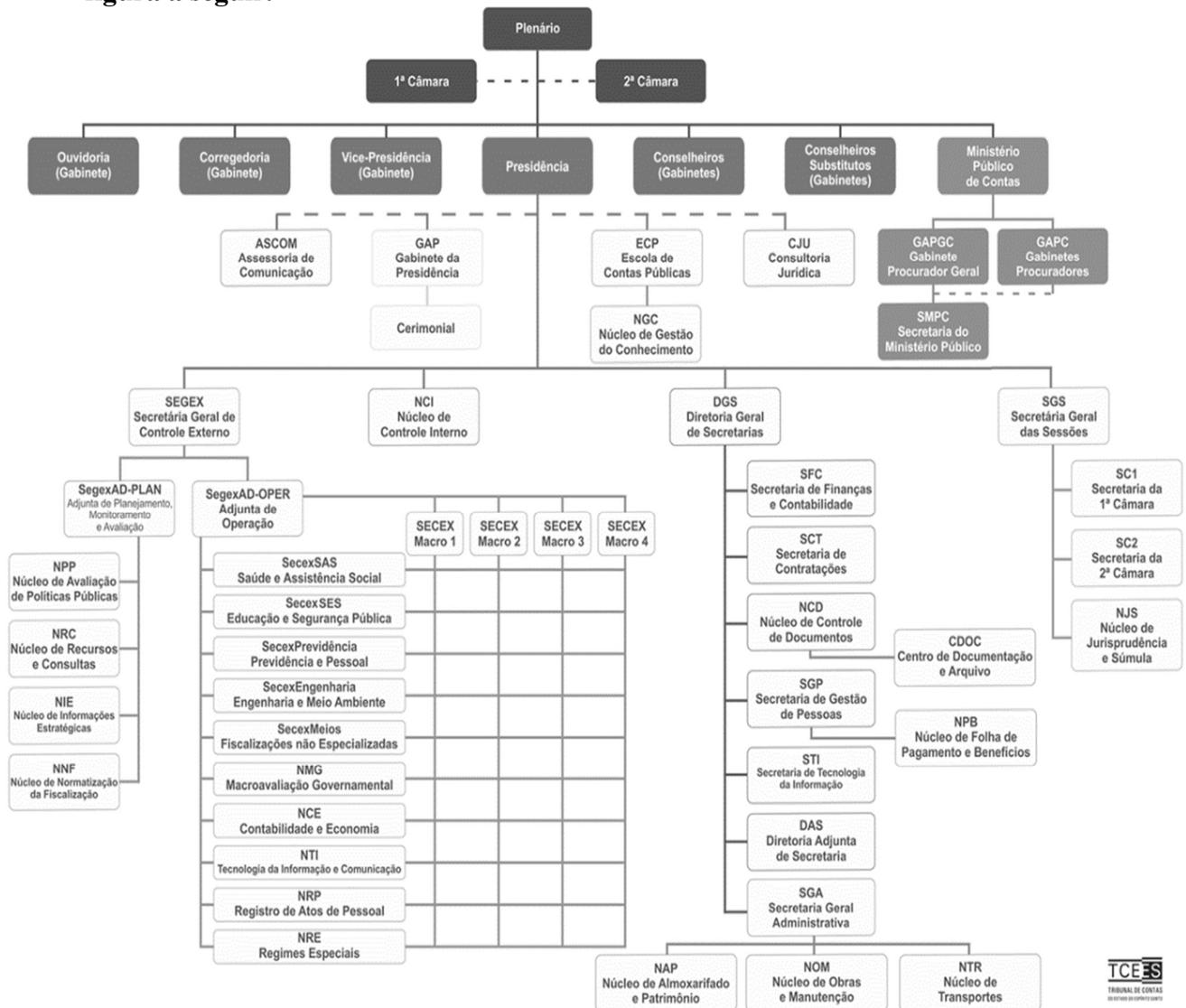
19) O agrupamento de atividades de acordo com as funções da organização pode ser considerado um dos critérios de departamentalização mais utilizados pelas instituições brasileiras. Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponde a uma vantagem da departamentalização funcional:

- a) Gera maior concentração e uso de recursos especializados, pois estes estão alocados em unidades organizacionais específicas.
- b) Possibilita ações mais rápidas em determinadas regiões.
- c) Assegura conhecimento e atendimento contínuo e rápido às necessidades específicas de diferentes tipos e classes de clientes.
- d) Permite melhor cumprimento de prazos e orçamentos.

20) Uma organização pode ser definida como um sistema de recursos que procura alcançar objetivos. Os processos relacionados à divisão do trabalho para realização desses objetivos envolvem diversas decisões, como aquelas relativas ao grau de centralização ou descentralização de autoridade. Tendo isso em vista, assinale a alternativa que contempla, respectivamente, uma vantagem e uma desvantagem de organizações descentralizadas:

- a) Agilidade na tomada de decisões; Dificuldade de controle e avaliação.
- b) Acesso rápido à informação; Desestímulo à criatividade.
- c) Uniformidade de procedimentos; Dependência da hierarquia para tomar decisões.
- d) Facilidade de controle; Uniformidade impede competição.

21) Com o intuito de identificar melhores práticas de estrutura organizacional, o TCE-RN montou um grupo de trabalho para realização de análise de benchmarking acerca dos organogramas de outros tribunais de contas. Você está atuando com esse grupo de trabalho e ficou responsável pela descrição do organograma do TCE-ES, conforme figura a seguir.



Após análise do referido organograma, especificamente quanto à representação gráfica da estrutura da “SEGEX - Secretária Geral de Controle Externo”, assinale a alternativa que indica o tipo de departamentalização aplicado para agrupamento de atividades e recursos da “SegexAD-OPER – Adjunta de Operação”:

- Governança corporativa.
- Funcional.
- Matricial.
- Por processos.

22) Participando das discussões relacionadas a um diagnóstico organizacional que está sendo elaborado pela equipe do TCE-RN, você desenvolveu a pesquisa acerca de ferramentas que podem ser utilizadas para coleta de dados primários no âmbito desse tipo de trabalho. Ao longo da pesquisa foram levantadas as seguintes informações:

- Proporciona maior integração entre o responsável pela coleta de dados e o respondente, facilitando o processo de comunicação.
- Contemplando questões abertas ou fechadas, tanto em formato físico quanto eletrônico, é uma ferramenta útil para coleta de grande quantidade de dados.

- III. Instrumento utilizado para coletar dados diretamente do local de trabalho, possibilitando, por exemplo, a análise de uma rotina de trabalho e a identificação de possíveis gargalos.
- IV. Adequado para análise do Regimento Interno, das resoluções vigentes e do plano estratégico da organização.

Assinale a alternativa que indica, respectivamente, a ferramenta de coleta de dados associada a cada uma das assertivas acima.

- a) observação direta; entrevista; questionário; pesquisa documental.
- b) entrevista; questionário; observação direta; pesquisa documental.
- c) questionário; entrevista; pesquisa documental; observação direta.
- d) pesquisa documental; questionário; entrevista; observação direta.

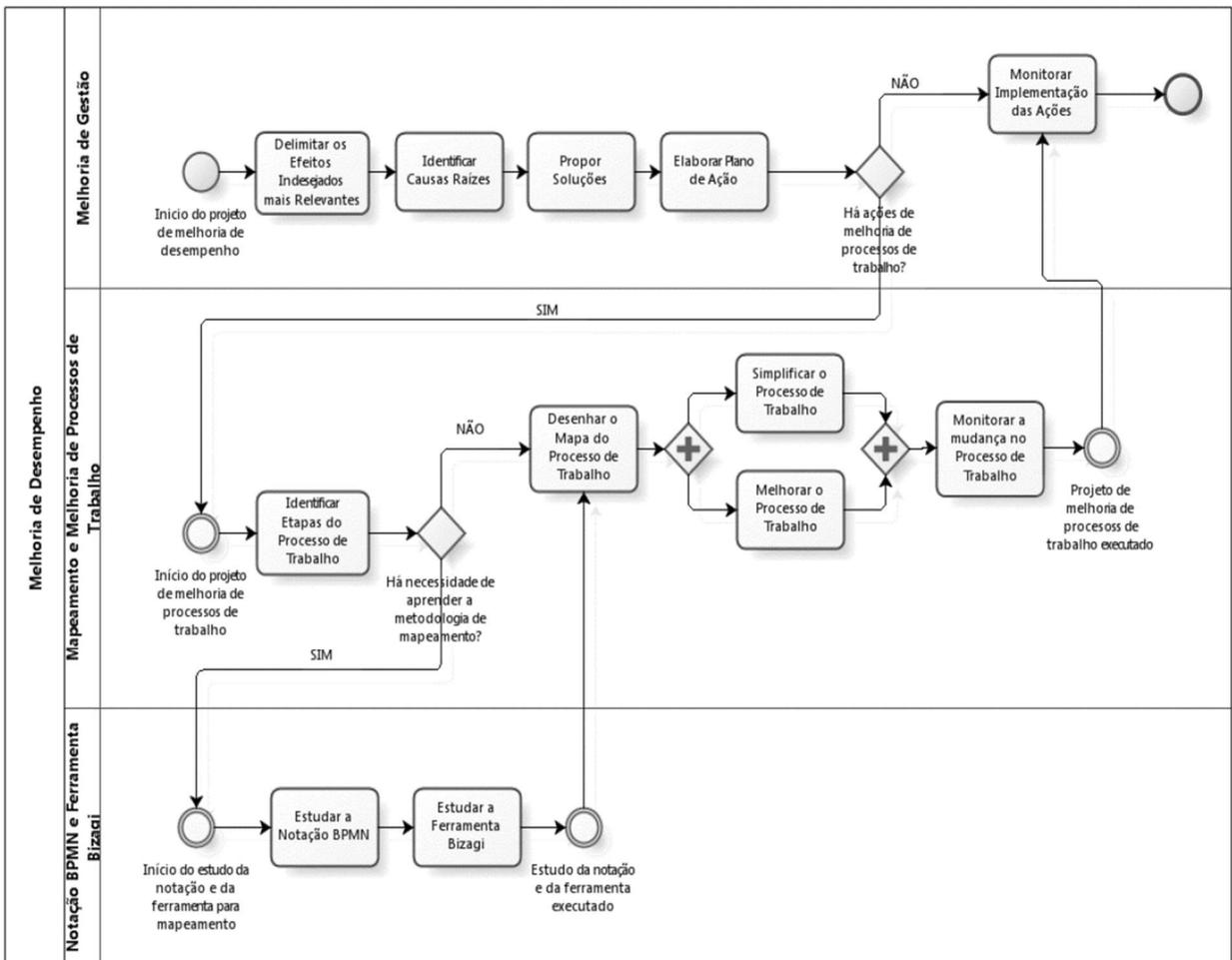
23) De acordo com a notação gráfica *Business Process Modeling Notation (BPMN)*, entre os objetos que compõem o fluxo do processo estão:



Os ícones acima correspondem, respectivamente, a:

- a) subprocesso; evento de fim; associação; evento de início.
- b) macroprocesso; objeto de dados; linha de sequência; evento intermediário.
- c) *gateway* (ponto de decisão); evento de início; mensagem; evento de fim.
- d) atividade; *gateway* (ponto de decisão); linha de sequência; evento de início.

24) A figura mostra o processo de trabalho de melhoria de desempenho, desenhado utilizando a notação BPMN e a ferramenta Bizagi pelo Tribunal de Contas da União (2013).



Supondo que você foi questionado(a) acerca do fluxo desse processo, conforme descrito na figura, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O processo de melhoria de desempenho se encerra com a execução do estudo da notação e da ferramenta.
- b) O processo de melhoria de desempenho possui três atividades: 1) melhoria de gestão; 2) mapeamento e melhoria de processos de trabalho; 3) notação BPMN e ferramenta Bizagi.
- c) No processo de melhoria de desempenho, a identificação de ações de melhoria de processos de trabalho, após a elaboração do plano de ação, implica no imediato monitoramento da implementação das ações planejadas.
- d) No processo de melhoria de desempenho, o monitoramento da mudança no processo de trabalho somente poderá ser iniciado após a conclusão das duas atividades anteriores: simplificar o processo de trabalho e melhorar o processo de trabalho.

25) Acerca do mapeamento de processos e da notação gráfica *Business Process Modeling Notation* (BPMN), analise as afirmativas a seguir:

- I. São benefícios do mapeamento e da melhoria de processos: a eliminação de atividades sem valor agregado, a disseminação da compreensão sistêmica do processo de trabalho e a redução de erros e retrabalho.
- II. Uma ferramenta utilizada para desenvolver o mapeamento do processo é o organograma, que procura apresentar o processo passo a passo, ação por ação.
- III. Um evento é um passo dentro do processo, que representa o trabalho realizado dentro de uma organização e consome recursos (tais como tempo e dinheiro).
- IV. Dentro do mapeamento, os subprocessos são muito importantes, já que oferecem a possibilidade de diagramar hierarquicamente um processo, detalhando-o em vários níveis.

Considerando o exposto, é CORRETO o que se afirma:

- a) apenas em I e IV.
- b) apenas em I, III e IV.
- c) apenas em II e III.
- d) apenas em I e III.

26) Acerca da utilização de manuais e formulários pela organização, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Formulários são documentos padronizados que contêm campos para preenchimento de informações e devem ser utilizados em formato impresso para facilitar a acessibilidade.
- b) Manuais organizacionais são conjuntos de normas voltados a padronizar as políticas, as instruções e os procedimentos que devem ser adotados no dia a dia da organização.
- c) Entre outras funções, os formulários permitem registrar as informações que circulam durante um processo, logo, quanto maior o número de formulários, melhor o desempenho dos processos da organização.
- d) A utilização de manuais assegura a qualidade das rotinas ali descritas, uma vez que tais rotinas estarão eternizadas através das suas respectivas padronizações.

27) Após detectar a fragilidade no controle dos estoques de grande parte dos seus jurisdicionados, o TCE-RN desenvolveu uma iniciativa para montar uma cartilha de gestão de estoques em farmácias hospitalares. Você está participando das discussões e avaliou a pertinência da inclusão das seguintes recomendações na cartilha:

- I. Mesmo demandando maior esforço gerencial, recomenda-se a utilização da estratégia LIFO para entradas e saídas, considerando que FIFO e FEFO se mostram inadequados para o caso de medicamentos e materiais médico-hospitalares.
- II. Considerando a natureza dos itens em estoque, recomenda-se que a utilização de análises cruzadas, para fins de priorização, contemple a classificação XYZ, possibilitando a avaliação da criticidade dos itens.

III. Os itens com maior rotatividade devem ser posicionados mais distantes da área de expedição das solicitações.

IV. O dimensionamento dos níveis de estoque de segurança para cada item deve considerar aspectos como: histórico de oscilações de consumo, possíveis atrasos no tempo de ressuprimento, baixa acurácia no controle de estoques e o nível de serviço pretendido.

Diante desse contexto, assinale a alternativa que contempla apenas as recomendações que constituem práticas adequadas para a gestão de estoques das farmácias hospitalares:

- a) II e IV.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I e II.

28) Em uma análise detalhada sobre o comportamento de alguns medicamentos das farmácias hospitalares do estado, foram levantados os dados descritos na tabela a seguir.

Código do item	Medicamento Antirretroviral	Estoque médio Anual (A)	Consumo médio Anual (B)	Indicador C (C = B/A)	Indicador D (365 dias/C)
A1	Abacavir (ABC) solução oral 20mg/ml	1.344	3.120	2,32	157,23
A2	Darunavir (DRV) 75 mg	19.415	28.800	1,48	246,06
A3	Estavudina (d4T) pó para solução oral 1mg/ml	1.682	2.016	1,20	304,53
A4	Etravirina (ETR) 100mg	410.837	6.217.080	15,13	24,12
A5	Lamivudina (3TC) 150mg	17.271.015	9.858.000	0,57	639,47
A6	Maraviroque (MVQ) 150mg	109.217	699.120	6,40	57,02
A7	Ritonavir (RTV) 100mg	3.682.997	34.473.840	9,36	38,99
A8	Tenofovir (TDF) 300mg	9.235.176	2.995.980	0,32	1.140,62
A9	Tenofovir (TDF) 300mg + Lamivudina (3TC) 300 mg (DFC – 2 em 1)	491.363	32.850.000	66,85	5,46
A10	Tenofovir (TDF) 300mg + Lamivudina (3TC) 300 mg + Efavirenz (EFZ) 600mg (DFC – 3 em 1)	701.321	55.706.880	79,43	4,60

Também foram estabelecidos parâmetros para categorização da rotatividade dos itens em estoque, conforme segue:

- **Rotatividade baixa:** medicamentos com giro de estoque inferior a um.
- **Rotatividade moderada:** medicamentos que têm seus estoques renovados no mínimo uma vez por ano e no máximo uma vez por mês.
- **Rotatividade alta:** medicamentos que têm seus estoques renovados mais que uma vez por mês.

Nesse contexto, analise os dados e assinale a alternativa que contém apenas os itens em estoque com rotatividade moderada.

- a) A4, A9 e A10.
- b) A5 e A8.
- c) A1, A2, A3, A6 e A7.
- d) A2, A3, A5 e A8.

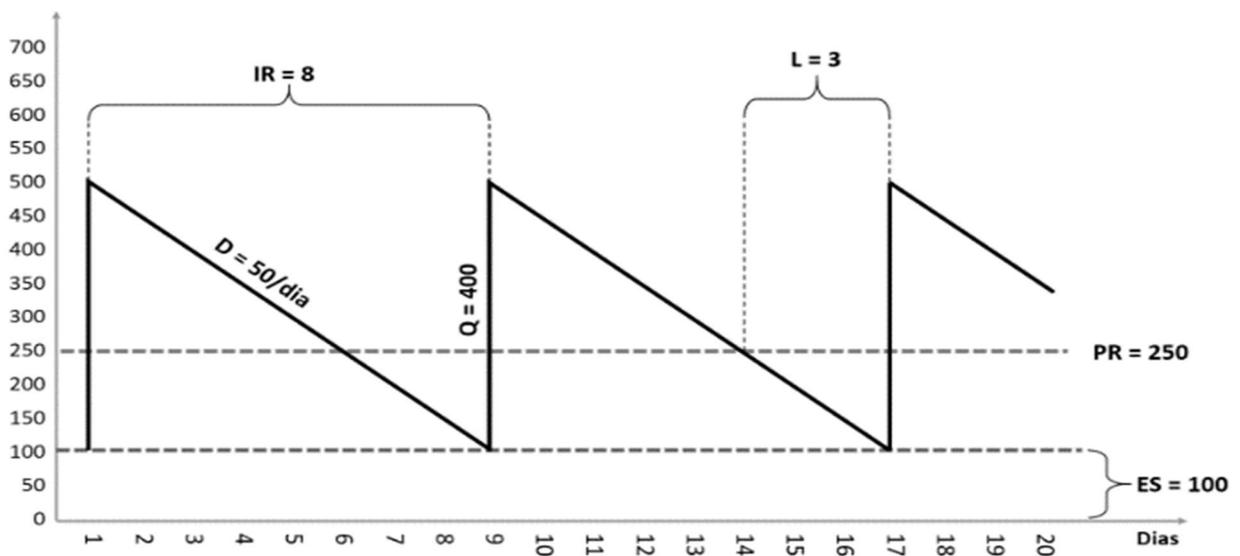
29) Uma organização pública deseja determinar, através da curva ABC, nas proporções de 20% dos itens na Classe A e 50% dos itens na Classe C, os itens do seu estoque sobre os quais deve existir um maior controle. Para tal, realizou uma pesquisa cujos dados resumidos são apresentados na tabela a seguir.

Item	Custo/Unidade	Consumo/Mês (Peças)	Consumo Total
1	R\$ 4,00	2000	R\$ 8.000,00
2	R\$ 3,00	14000	R\$ 42.000,00
3	R\$ 5,00	1000	R\$ 5.000,00
4	R\$ 10,00	410	R\$ 4.100,00
5	R\$ 6,00	700	R\$ 4.200,00
6	R\$ 8,00	150	R\$ 1.200,00
7	R\$ 20,00	1700	R\$ 34.000,00
8	R\$ 20,00	180	R\$ 3.600,00
9	R\$ 15,00	400	R\$ 6.000,00
10	R\$ 3,00	270	R\$ 810,00
Total			R\$ 108.910,00

Diante dos dados levantados e do contexto apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- Segundo a curva ABC, os itens 7 e 8 são os que merecem controle mais acirrado por apresentarem custo unitário mais elevado.
- Apenas os itens 1 e 9 são de classe B na curva ABC dessa organização.
- Considerando os parâmetros estabelecidos, os itens da classe A devem corresponder a 80% do valor total consumido.
- Os itens 2 e 7 estão enquadrados na classe A na curva ABC dessa organização.

30) Analise o gráfico dente de serra e assinale a alternativa CORRETA:



- O estoque de segurança praticado pela organização é de 100 unidades, porém, o gráfico demonstra que ele não foi suficiente para evitar a ruptura de estoque.
- O lote de compra praticado é de 250 unidades.
- O tempo de ressurgimento, ou seja, o intervalo entre a realização do pedido e o novo lote estar disponível para utilização pela organização, é de 3 dias.
- O estoque médio do item em análise é de 50 unidades.

31) Como estratégia para melhoria contínua das práticas de armazenagem e movimentação de materiais, podem ser aplicadas ferramentas de Lean para redução de desperdícios nas operações de um armazém. Com esse intuito, assinale a alternativa que contém o desperdício que pode ser identificado e reduzido a partir da aplicação da ferramenta “diagrama de espaguete”.

- a) Processamentos desnecessários.
- b) Movimentação humana.
- c) Espera.
- d) Correções e defeitos.

32) Suponha que você está auxiliando na definição de procedimentos para a separação de materiais no âmbito do almoxarifado do TCE-RN. Considerando a baixa complexidade dessa operação, a equipe disponível e a necessidade de reduzir erros, você recomendou um procedimento de separação que envolve apenas 1 operador por pedido e a coleta de 1 item por vez. Logo, assinale a alternativa com o tipo de *picking* compatível com a sua recomendação:

- a) Por onda.
- b) Discreto.
- c) Por lote.
- d) Por zona.

33) O inventário pode ser conceituado como o levantamento ou a contagem física de todos os itens armazenados em determinado local, com o propósito de manter a compatibilidade entre o que está registrado e o que de fato existe em estoque. Com o intuito de identificar as causas dos erros e reduzir as divergências ocorridas em inventários, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, o tipo de inventário e o indicador de desempenho recomendados para essa finalidade.

- a) Inventário geral; indicador de giro de estoques.
- b) Inventário cíclico; indicador de cobertura de estoques.
- c) Inventário anual; indicador de divergência.
- d) Inventário rotativo; indicador de acurácia.

34) Considerando aspectos conceituais relacionados à área de Gestão de recursos patrimoniais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A vida útil econômica de um bem corresponde ao período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o bem.
- b) Em organizações públicas, apenas os bens móveis permanentes de alto custo precisam ser cadastrados no sistema de controle patrimonial.
- c) A manutenção preventiva está baseada em intervenções emergenciais, conforme procedimentos definidos pelos fabricantes das máquinas e equipamentos.
- d) A depreciação de um bem consiste na redução do seu valor pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

35) Nas avaliações de impacto de políticas públicas e programas governamentais, os grupos avaliados quase sempre englobam apenas uma pequena parcela do público-alvo. Nesse contexto, sobre população e amostra, analise as afirmativas a seguir:

- I. Uma amostra representativa contém de forma proporcional todas as características qualitativas e quantitativas do universo (“sem viés”).
- II. Universo é o conjunto completo da população que pretendemos estudar.
- III. A maneira mais simples e confiável de obter uma amostra representativa é pela aleatorização (sorteio).
- IV. O aumento do tamanho da amostra promove a eliminação de eventuais erros do cálculo estatístico.

Considerando o exposto, é CORRETO o que se afirma:

- a) apenas em I, II e III.
- b) apenas em III e IV.
- c) apenas em I, II e IV.
- d) apenas em III.

36) Na construção de uma base de dados podem ser levantadas variáveis qualitativas, que apresentam como realização uma qualidade ou atributo do indivíduo pesquisado, e variáveis quantitativas, constituídas a partir de números resultantes de uma contagem ou mensuração. Essas variáveis apresentam subclassificações definidas a seguir:

- I. Variável qualitativa para a qual não existe nenhuma ordenação nas possíveis realizações.
- II. Variável qualitativa para a qual existe uma ordem nos seus resultados.
- III. Variáveis quantitativas cujos possíveis valores formam um conjunto finito ou enumerável de números, e que resultam, frequentemente, de uma contagem.
- IV. Variáveis quantitativas cujos possíveis valores pertencem a um intervalo de número reais e que resultam de uma mensuração.

Assinale a alternativa que indica, respectivamente, o tipo de variável associado a cada uma das assertivas acima.

- a) nominal; ordinal; discreta; contínua.
- b) discreta; nominal; contínua; ordinal.
- c) contínua; ordinal; nominal; discreta.
- d) ordinal; discreta; nominal; contínua.

37) Com o intuito de resumir dados para apresentação de resultados, as medidas de posição central podem ser utilizadas como valores representativos do todo. As principais medidas dessa natureza são:

- I. A soma das observações dividida pelo número delas.
- II. A realização mais frequente do conjunto de valores observados.
- III. A realização que ocupa a posição central da série de observações, quando estão ordenadas em ordem crescente.

Assinale a alternativa que indica, respectivamente, a medida de posição central associada a cada uma das assertivas acima.

- a) mediana; média aritmética; histograma.
- b) média aritmética; moda; mediana.
- c) média ponderada; mediana; moda.
- d) moda; histograma; média aritmética.

38) Acerca das medidas de dispersão e do seu papel para a análise de dados, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O resumo de um conjunto de dados por uma única medida representativa de posição central é suficiente para análise da informação sobre a variabilidade do conjunto de observações.
- b) O cálculo da variância ocorre a partir da raiz quadrada do desvio padrão.
- c) Podemos entender a variância como uma medida de precisão da média.
- d) Quanto maior a variância maior a confiança de que o valor a ser observado será próximo da média.

39) A tabela abaixo representa os dados coletados para o “TCE em números” no que se refere ao quantitativo de auditorias realizadas e irregularidades constatadas em cada trimestre do ano.

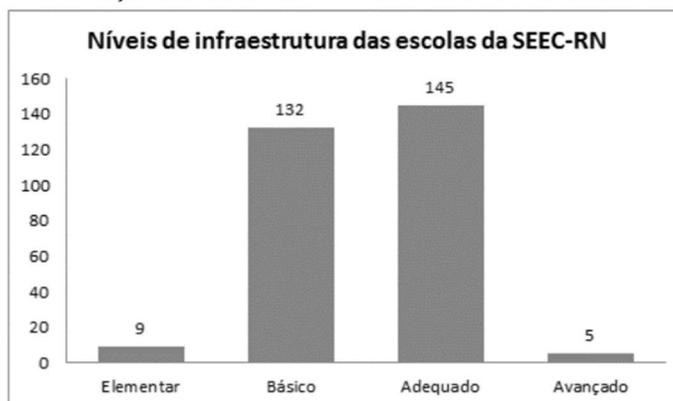
Trimestre	Auditorias realizadas	Irregularidades constatadas
1º	1	5
2º	4	24
3º	3	15
4º	2	16
Total	10	60

À luz dos dados apresentados, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os dados da tabela podem ser representados em um gráfico de barras, porém não é possível construir um gráfico de barras agrupadas, adequado para comparar valores entre categorias.
- b) A quantidade média de irregularidades por auditoria é inferior a 5.
- c) As irregularidades constatadas ao longo do tempo apresentam uma tendência decrescente em função da proximidade do final do exercício.
- d) Em média, foram identificadas 15 irregularidades por trimestre.

40) Suponha que você está auxiliando a elaboração de uma síntese de relatórios de auditoria do TCE-RN para fins de divulgação institucional. Sobre o “Relatório de Auditoria Operacional no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte, na subfunção Ensino Médio” você analisou os seguintes gráficos:

Gráfico 22 - Classificação das escolas da rede da SEEC conforme escala UNB



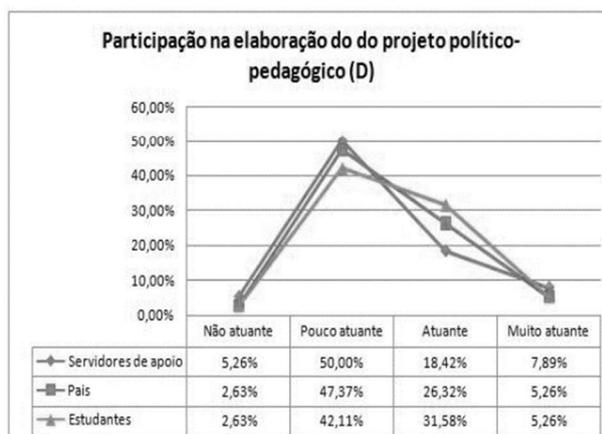
Fonte: Equipe de auditoria.

Gráfico 29 - Déficit de professores em sala de aula, por componente curricular do ensino médio na rede SEEC-RN



Fonte: Equipe de auditoria a partir de dados da SEEC-RN.

Gráfico 5 - Avaliação dos diretores quanto à participação da comunidade escolar na elaboração do PPP



Fonte: Equipe de auditoria.

A partir da análise gráfica, foram construídos os seguintes tópicos para compor a síntese:

- I. Apenas pouco mais da metade das escolas da SEEC possuem níveis de infraestrutura escolar adequado ou avançado.
- II. Foi detectado déficit de professores em sala de aula em pelo menos 12 componentes curriculares, entre os quais, educação física, física e matemática apresentaram os maiores déficits a serem enfrentados.
- III. Na percepção dos diretores de escolas acerca da participação da comunidade escolar na elaboração do PPP, a maior participação (atuante e muito atuante) ocorreu no grupo dos servidores de apoio.

Nesse sentido, assinale a alternativa que contempla apenas tópicos adequados em relação à análise gráfica:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I.
- d) III.

RASCUNHO:

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO NO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
(EDITAL N. 003/2022-TCE/RN)**

ÁREA DE FORMAÇÃO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

NOME DO CANDIDATO(A): _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____ **CPF:** _____



CADERNO DE PROVA OBJETIVA

Instruções:

- Esta prova é composta de 40 (quarenta) questões do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais, correspondentes às Noções sobre a Organização do TCE/RN, e 30 (trinta) questões sobre Conhecimentos Específicos, conforme conteúdo programático indicado no Edital.
- Cada uma das questões valerá 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos, totalizando assim o valor máximo de 10 (dez) pontos.
- Haverá, na folha de respostas, para cada questão, quatro campos de marcação: um campo para cada uma das quatro opções A, B, C e D, sendo que o(a) candidato(a) deverá preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando da questão.
- Não será permitida a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e (ou) legislação.
- O(a) candidato(a) deverá estar munido(a) somente de caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente e do documento de identidade original.
- Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha durante a realização da prova.
- Será eliminado da seleção o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando: a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, Walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.; b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros e protetor auricular; c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.
- Somente serão permitidos lanches de rápido consumo, desde que armazenados em material transparente e sem rótulos que impeçam a visualização de seu conteúdo.
- O(a) candidato(a) deverá portar sua própria garrafa de água em material transparente e sem rótulo.
- A prova terá duração máxima de 03 (três) horas, no período das 09h00min às 12h00min.
- O(a) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, 1h após o seu início. A inobservância deste item acarretará a eliminação do(a) candidato(a) do processo seletivo.
- O(a) candidato(a) somente poderá retirar-se levando consigo o caderno de provas após 1h30min do início das provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer nas respectivas salas até que o(a) último(a) candidato(a) entregue a prova.

PARTE I – CONHECIMENTOS GERAIS.

- 1) A respeito da natureza e competência do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, compete ao TCE/RN:**
- Julgar as contas do Governador do Estado, no prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento.
 - Julgar as contas das administrações municipais, até o final do exercício seguinte a que se referem as contas.
 - Suspender, cautelarmente, a execução de ato ou procedimento, diante da iminência de lesão grave e de difícil reparação ao patrimônio público, ou determinar a sua suspensão, no caso de contrato.
 - Solucionar consulta formulada por órgão ou entidade sujeita à sua jurisdição sobre a interpretação de lei ou regulamento em matéria abrangida pelo controle externo, tendo a decisão caráter normativo, como prejudicamento do caso concreto.
- 2) A jurisdição do TCE/RN NÃO abrange:**
- Qualquer pessoa ou entidade que receba recursos dos cofres públicos para a execução de serviços públicos estaduais ou municipais.
 - Os dirigentes ou liquidantes de empresa encampada ou sob intervenção, ou que, de qualquer modo, venha a integrar, desde que permanentemente, o patrimônio do Estado, de Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal.
 - Os servidores estaduais e municipais que recebam dinheiro a título de suprimentos de fundos, ou forma equivalente.
 - Os dirigentes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos do Estado ou de Município.
- 3) A respeito da organização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta.**
- O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte tem sede em Natal, Capital do Estado, e compõe-se de nove Conselheiros.
 - Ao Tribunal é assegurada autonomia funcional e administrativa, mas não financeira.
 - Compete às Câmaras do TCE/RN aprovar os planos de fiscalização a serem executados.
 - Compete ao Pleno do TCE/RN decidir sobre consulta formulada por autoridade competente.
- 4) A respeito do funcionamento do Pleno do TCE/RN, assinale a alternativa correta.**
- O Tribunal Pleno iniciará e encerrará os seus trabalhos, respectivamente, no primeiro e último dias úteis de cada período, com a realização de sessão e somente poderá reunir-se e deliberar com a presença de seis membros, sendo, no mínimo, a metade deles Conselheiros titulares.
 - Os processos de natureza administrativa serão julgados após o julgamento daqueles constantes na ordem do dia.
 - Ainda que iniciado o julgamento do processo, pode o Relator determinar diligência, mesmo que à revelia do Colegiado.
 - Qualquer questão preliminar ou prejudicial será decidida antes do mérito, não se conhecendo deste, se incompatível com a decisão proferida naquela.
- 5) As sessões do Pleno poderão ser, EXCETO:**
- Consultivas.
 - Ordinárias.
 - Extraordinárias.
 - Administrativas.
- 6) A respeito das comissões permanentes e temporárias do TCE/RN, assinale a alternativa correta.**
- As comissões permanentes de Disciplina, de Controle Interno e de Licitações compõem-se de cinco membros efetivos e três suplentes, designados pelo Presidente, entre servidores do Tribunal.
 - São permanentes as comissões de Disciplina, de Jurisprudência, de Controle Interno e de Licitações.

- c) As comissões temporárias serão criadas pelo Presidente do Tribunal ou pelo Procurador-Geral de Contas.
- d) A comissão de Jurisprudência e a de Gestão de Pessoas do TCE/RN são de caráter temporário.
- 7) A respeito das suspeições e impedimentos dos Conselheiros do TCE/RN assinale a alternativa correta:**
- a) As suspeições e impedimentos de Conselheiros serão arguidos voluntariamente por estes ou pelas partes interessadas em qualquer oportunidade que lhes for dada falar no processo.
- b) A exceção de suspeição ou de impedimento poderá ser arguida, a qualquer tempo, na hipótese de motivos supervenientes, inclusive na própria sessão designada para julgamento e, quando julgada procedente, deverá ser designado substituto, que, no entanto, não deverá figurar como novo Relator do processo.
- c) Os casos de suspeição ou impedimento não reconhecidos pelo excepto, serão decididos pelo Tribunal em sessão aberta, por maioria absoluta de votos, com participação do Ministério Público junto ao Tribunal.
- d) Não se aplicam nas hipóteses de suspeição e impedimento arguidas perante o TCE/RN, as disposições previstas no Código de Processo Civil, mas apenas as previstas na sua Lei Orgânica e no seu Regimento Interno.
- 8) Será considerado vago o cargo de Conselheiro, EXCETO:**
- a) Pela perda do cargo.
- b) Pela aposentadoria.
- c) Pela promoção.
- d) Pela renúncia.
- 9) A respeito do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta.**
- a) O Ministério Público junto ao Tribunal não poderá celebrar Termo de Ajustamento de Gestão com os jurisdicionados.
- b) Os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas participam das sessões, sem direito a voto, e intervêm, facultativamente, nos processos de prestação ou tomada de contas, admissão de pessoal, concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva remunerada e pensões, denúncias e outros indicados no regimento interno.
- c) Em todos os feitos, nos quais lhe caiba funcionar, o Ministério Público junto ao Tribunal será o primeiro a ser ouvido, mesmo quando se tratar de recurso interposto por ele.
- d) Incumbe ao Procurador-Geral, ou seu substituto, oficial, com exclusividade, nos feitos de competência do Pleno do Tribunal, salvo nas hipóteses de apreciação de atos de pessoal sujeitos a registro, cuja competência é comum ao Procurador-Geral e aos demais Procuradores, inclusive para fins recursais.
- 10) Com relação aos serviços técnicos e administrativos do TCE/RN, assinale a alternativa que corresponde às atribuições da Secretaria de Controle Externo.**
- a) Planejar, organizar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas às funções de administração geral, de pessoal, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial e de serviços gerais, necessárias ao funcionamento do Tribunal.
- b) Estabelecer as normas relativas aos serviços internos do Tribunal, nos termos de delegação do Presidente.
- c) Expedir, sob a supervisão e após a aprovação da Presidência do Tribunal, notas técnicas para orientação dos jurisdicionados quanto à atuação fiscalizatória do controle externo.
- d) Ordenar, por delegação do Presidente, as despesas relativas à administração do Tribunal.

PARTE II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.

- 11) A necessidade de aumentar a eficiência, eficácia e efetividade do setor público, bem como a obrigatoriedade à convergência às normas contábeis internacionais, exigiu da Contabilidade pública mudanças alicerçadas na correta interpretação do texto da Lei Federal, levando à**

adoção dos Princípios de Contabilidade a todas as esferas, independentemente de pertencerem ao setor público ou privado. Assim, o reconhecimento das receitas e das despesas públicas orçamentariamente deve ser realizado da seguinte forma:

- a) A receita orçamentária utiliza o regime de caixa e a despesa orçamentária cumpre o regime de competência, independentemente do desembolso financeiro.
- b) A receita e a despesa orçamentárias utilizam o regime de caixa, quando do ingresso ou saída do recurso financeiro.
- c) A receita e a despesa orçamentárias utilizam o regime de competência, quando da ocorrência do fato gerador.
- d) O contador pode optar pelo regime de caixa ou competência, de acordo com a conveniência e oportunidade.

12) Acerca dos estágios da receita pública, julgue os itens a seguir.

I. As etapas da receita orçamentária seguem a ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos, levando-se em consideração o modelo de orçamento existente no país e a tecnologia utilizada. Dessa forma, a ordem sistemática inicia-se com a previsão e termina com o recolhimento.

II. A doutrina dominante estabelece 4 (quatro) estágios para receita pública, na ordem a saber: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. Há de se observar, contudo, que nem todas as etapas apresentadas ocorrem para todos os tipos de receitas orçamentárias.

III. No âmbito da atividade tributária, pode-se utilizar o momento da arrecadação como referência para o seu reconhecimento, pois é por esse procedimento que: Verifica-se a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente; Determina-se a matéria tributável; Calcula-se o montante do tributo devido; e Identifica-se o sujeito passivo.

IV. O critério geral utilizado para registro da receita orçamentária é o do ingresso de disponibilidades.

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Existe uma afirmação incorreta.
- c) 50% das afirmações estão incorretas.
- d) Todas as afirmações são incorretas.

13) Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas. Nesse sentido, são exemplos de receitas orçamentárias correntes:

- a) Impostos; Serviços; Alienação de Bens.
- b) Impostos; Taxas; Amortização de Empréstimos.
- c) Impostos; Taxas; Contribuição de Melhoria.
- d) Patrimonial; Industrial; Transferências de Capital.

14) Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade. São exemplos de ingressos extraorçamentários:

- a) emissão de moeda, depósitos em caução, impostos.
- b) contribuições, consignações, retenções.
- c) Inscrições de restos a pagar, impostos, convênios.
- d) depósitos em caução, as fianças, as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).

15) A execução da despesa orçamentária se dá em três estágios, na forma prevista na Lei nº 4.320/1964: (1) empenho, (2) liquidação e (3) pagamento. Considerando-se as definições apresentadas a seguir, relacione-as ao estágio da despesa correspondente e assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- I. Consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito
- II. É o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico.
- III. Consiste na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa.

- a) 1 – 2 – 3.
b) 3 – 2 – 1.
c) 1 – 3 – 2.
d) 2 – 1 – 3.

16) Considerando as informações abaixo, resultantes das operações do último exercício financeiro, de uma entidade da administração indireta estadual, em 31 de dezembro de determinado ano, assinale a opção CORRETA para o valor que deve ser demonstrado para o total das receitas orçamentárias e dos ingressos extraorçamentários.

• Bancos	800
• Bens móveis	200
• Despesa com pessoal	400
• Despesa contribuição social	100
• Investimentos	400
• Restos a pagar	200
• Depósitos em caução	300
• Encargos sociais a recolher	300
• Dívida fundada	100
• Receita tributária	600
• Receita patrimonial	400
• Operações de crédito	400

- a) O total das receitas orçamentárias é de R\$ 1.400 e de ingressos extraorçamentários é R\$ 300.
b) O total das receitas orçamentárias é de R\$ 1.400 e de ingressos extraorçamentários é R\$ 500.
c) O total das receitas orçamentárias é de R\$ 1.900 e não há valor correspondente a ingressos extraorçamentários.
d) O total das receitas orçamentárias é de R\$ 1.900 e de ingressos extraorçamentários é R\$ 300.

17) Diante da necessidade de proporcionar maior transparência sobre as contas públicas, as despesas orçamentárias, são classificadas em:

- a) Categoria econômica; modalidade de aplicação e elemento.
b) Institucional; funcional; programática e por natureza.
c) Orçamentária e extraorçamentária.
d) Despesa orçamentária efetiva e não efetiva.

18) Com base nos registros contábeis hipotéticos abaixo apresentados, assinale a alternativa que corresponde ao montante das despesas correntes e de capital, respectivamente:

Pessoal e Encargos Sociais	500
Caução em dinheiro	50
Material de Consumo	50
Obras e Instalações	200
Equipamentos e Material Permanente	150
Serviços de Consultoria	80
Pagamentos de Salário-Família	10
Locação de Mão-de-Obra	100
Aquisição de Imóveis	300

- a) 760; 680.
- b) 810; 650.
- c) 730; 650.
- d) 630; 90.

19) A respeito da classificação das receitas orçamentárias em Receitas Correntes e Receitas de Capital, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I. Classificam-se como Receitas Correntes: receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
 - II. São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.
 - III. Considera-se Receita de Capital o superávit do Orçamento Corrente, resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, o qual não constituirá item de receita orçamentária.
 - IV. Classificam-se como Receitas de Capital: operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.
- a) Todas as afirmações estão corretas.
 - b) Há uma afirmação incorreta.
 - c) 50% das afirmações estão incorretas.
 - d) Todas as afirmações são incorretas.

20) Quanto aos ingressos e dispêndios extraorçamentários, quando um ente público computar restos a pagar, deverá reconhecer da seguinte forma:

- a) Serão computados como ingressos extraorçamentária os valores inscritos como restos a pagar no exercício; e, como dispêndios extraorçamentários os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.
- b) Serão computados como dispêndios extraorçamentária os valores inscritos como restos a pagar no exercício; e, como ingressos extraorçamentários os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.
- c) Serão computados como ingressos extraorçamentários os valores inscritos como restos a pagar no exercício; bem como os inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.
- d) Serão computados como dispêndios extraorçamentários os valores inscritos como restos a pagar no exercício; bem como os inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

21) A contabilidade aplicada ao setor público, relacionada ao aspecto orçamentário, compreende o registro e a evidenciação do orçamento público tanto quanto à sua aprovação quanto à sua execução. Qual é um dos principais relatórios gerados pelo sistema orçamentário?

- a) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- b) Relatório Geral da Execução Contábil.
- c) Relatório Analítico da Execução Fiscal.
- d) Balanço Patrimonial com demonstração do resultado.

22) Um determinado município, no exercício financeiro de 2021, ultrapassou o limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, quanto ao gasto total com pessoal. O município, nessa condição, fica obrigado a eliminar a parcela excedente, dentro de prazos estabelecidos na própria LRF. No entanto, caso o ente não reduza o excedente no prazo estabelecido, e

enquanto perdurar o excesso, o município sofrerá sanções determinadas na LRF. Dentre essas sanções, NÃO está incluída a seguinte:

- a) obter garantias, diretas ou indiretas, da União e dos Estados.
- b) contratar operações de crédito por antecipação da receita orçamentária.
- c) contratar operações de crédito para refinanciamento da dívida mobiliária.
- d) receber transferências voluntárias da União e dos Estados.

23) Com base nos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal e nos instrumentos de planejamento da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

I. O anexo de metas fiscais (AMF) integrará a Lei Orçamentária e conterá as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, montante da dívida pública para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

II. O relatório resumido da execução orçamentária contemplará em todos os bimestres: o balanço orçamentário; o demonstrativo das variações patrimoniais; o demonstrativo da execução das receitas por categorias econômicas e fonte de recursos; e o demonstrativo da despesa por categoria econômica, grupo de despesa, função e subfunção.

III. O relatório de gestão fiscal conterá comparativo da despesa total de pessoal, da dívida, da concessão de garantia e das operações de crédito com os limites respectivos estabelecidos na lei.

- a) somente a afirmativa III está correta.
- b) somente a afirmativa I está correta.
- c) somente as afirmativas I e III estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão corretas.

24) Segundo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá ser disposto em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, devendo ser composto por:

- a) demonstrativo da margem de expansão das despesas discricionárias de caráter continuado.
- b) evolução do patrimônio líquido do ente nos três últimos exercícios destacando a aplicação dos recursos oriundos das operações de crédito.
- c) avaliação financeira e atuarial dos fundos de previdência das empresas estatais.
- d) demonstração das metas anuais fixadas para os três exercícios seguintes.

25) Sobre os limites da despesa total com pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, pode-se afirmar que a despesa total com pessoal NÃO poderá exceder:

- a) 60% da receita líquida corrente dos Estados.
- b) 50% da receita líquida corrente dos Municípios.
- c) 30% da receita líquida corrente da União.
- d) 70% da receita líquida corrente dos Municípios.

26) Um cidadão participa da organização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos. Nesse caso, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, está sendo assegurada a:

- a) Responsabilidade na Gestão Fiscal.
- b) Transparência.
- c) Austeridade Fiscal.
- d) Impessoalidade na Gestão Fiscal.

27) Assinale a alternativa que indica, respectivamente, a periodicidade de levantamento do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

- a) Semestral – bimestral.

- b) Bimestral – quadrimestral.
- c) Quadrimestral – bimestral.
- d) Bimestral – quadrimestral.

28) A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece as diretrizes para a produção da Lei Orçamentária Anual. Com relação a essas diretrizes, analise as afirmativas a seguir.

I. A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência.

II. A Lei Orçamentária veda a consignação de créditos com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

III. A lei orçamentária poderá consignar dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro ainda que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

Assinale:

- a) se as afirmativas I e III estiverem corretas.
- b) se as afirmativas II e III estiverem corretas.
- c) se as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente a afirmativa III estiver correta.

29) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal entende-se como despesa total com pessoal o somatório dos gastos do ente da Federação com pessoal:

- a) ativos e inativos, relativos a cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder. Excluindo-se as despesas com os pensionistas.
- b) ativos, relativos a cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder. Excluindo-se as despesas com pessoal inativo e os pensionistas.
- c) ativos, inativos e pensionistas, relativos a cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder.
- d) ativos, inativos e pensionistas, relativos a cargos, funções ou empregos. Excluindo-se as despesas com pessoal relativas aos militares e membros de Poder, que são registradas em orçamento separado.

30) A respeito da metodologia de cálculo para apuração da despesa total com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A despesa total com pessoal será apurada excluindo-se os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra, que devem ser contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
- b) Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
- c) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.
- d) Para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvada a redução para atendimento ao disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

31) A doutrina ensina que o objetivo fundamental da atividade financeira do Estado é proporcionar recursos econômicos para o custeio de sua manutenção e funcionamento. A respeito da atividade financeira do Estado, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A atividade financeira do Estado é puramente instrumental, porque obter recursos e realizar gastos é o objetivo Estado que tem principal finalidade o aumento de seu patrimônio.
- b) A atividade financeira do Estado consiste em obter, criar, gerir e despender o dinheiro indispensável às necessidades públicas.
- c) A atividade financeira do Estado compreende a obtenção de receitas originárias, a prestação de serviços públicos e a realização de obras públicas.
- d) A atividade financeira do Estado é facultativa e engloba as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

32) O Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo para planejar a utilização do dinheiro arrecadado e oferecer serviços públicos adequados. A respeito do orçamento público é CORRETO afirmar que:

- a) Estabelece a programação das despesas para o período do plano plurianual.
- b) Prevê as receitas e fixa as despesas que serão realizadas no exercício.
- c) Define as diretrizes, objetivos e as metas governamentais do período da gestão.
- d) Estabelece as metas prioridades das ações governamentais no decorrer do exercício financeiro.

33) O processo de elaboração do orçamento envolve várias etapas, dentre elas a aprovação das Leis Orçamentárias. De acordo com o que estabelece o art. 165 da Constituição Federal de 1988, cada uma dessas leis é proposta pelo Poder:

- a) Legislativo.
- b) Ministério Público.
- c) Todos os Poderes.
- d) Executivo.

34) Considerando a necessidade de alterações no orçamento, como, por exemplo, a abertura de créditos especiais, é CORRETO afirmar que a autorização e abertura desses créditos são, respectivamente:

- a) Abertos por lei e autorizados por decreto do Poder Executivo.
- b) Autorizados e abertos por lei de iniciativa do Poder Executivo.
- c) Autorizados e abertos por decreto do Poder Executivo.
- d) Autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo.

35) Os princípios orçamentários são estabelecidos e disciplinados tanto por normas constitucionais e infraconstitucionais quanto pela doutrina e são válidos para todos os Poderes e para todos os entes federativos. Conforme estabelece a Constituição Federal, são exceções ao Princípio da Exclusividade:

- a) Autorização para Créditos Suplementares, Operação de Crédito e Operação de Crédito por antecipação da receita orçamentária.
- b) Créditos Especiais e Extraordinários abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício financeiro, que poderão ter seus saldos reabertos.
- c) Reserva de Contingência e Programas Especiais de Trabalho que poderão constar no orçamento de forma específica.
- d) Receitas de impostos que podem ser vinculadas, Garantia às operações de Crédito por antecipação da receita orçamentária.

36) A Constituição Federal de 1988 instituiu a Lei de Diretrizes Orçamentárias com o objetivo de criar um elo entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Suas atribuições, que estão estabelecidas no art. 165 da CF/88, envolvem a:

- a) Definição de metas e prioridades da Administração Pública Federal.
- b) Orientação do processo de elaboração do PPA.
- c) Disposição sobre as alterações na legislação previdenciária.
- d) Compreensão dos orçamentos fiscal e da seguridade social

37) O orçamento é instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto dos ingressos e das aplicações de recursos em determinado período. Acerca do orçamento público, julgue os itens a seguir:

- I. O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, conterá reserva de contingência.
- II. A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- III. A lei orçamentária anual conterá, em anexo, critérios e forma de limitação de empenho.

- a) apenas em I e III.
- b) apenas em I.
- c) apenas em II e III.
- d) apenas em III.

38) Em relação à previsão e à arrecadação da receita pública, assinale a afirmativa CORRETA.

- a) As previsões da receita devem ser acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos cinco anos anteriores e da projeção para os três seguintes àquele a que se referem.
- b) O Poder Executivo de cada ente deverá colocar à disposição do Ministério Público, no mínimo dez dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, com exceção da corrente líquida.
- c) As previsões de receita devem observar as normas técnicas e legais e considerar os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.
- d) A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo poderá ser admitida se comprovada fraude, erro ou mudança de política contábil.

39) O orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais. Por crédito adicional, entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Considerando as espécies de Créditos Adicionais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Créditos especiais, os destinados a despesas urgentes e imprevistas.
- b) Créditos extraordinários, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- c) Créditos complementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- d) Créditos suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária.

40) No Brasil, o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual são instrumentos de planejamento revestidos de formato legal. Um desses instrumentos tem entre os seus objetivos dispor sobre as alterações na legislação tributária, o equilíbrio entre receitas e despesas, os critérios e formas de limitação de empenho. Assinale a afirmativa que corresponde ao referido instrumento.

- a) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) Plano plurianual.
- c) Lei Orçamentária Anual.
- d) Orçamento de Investimento.

RASCUNHO:

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO NO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
(EDITAL N. 003/2022-TCE/RN)**

ÁREA DE FORMAÇÃO: DIREITO

NOME DO CANDIDATO(A): _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____ **CPF:** _____



CADERNO DE PROVA OBJETIVA

Instruções:

- Esta prova é composta de 40 (quarenta) questões do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais, correspondentes às Noções sobre a Organização do TCE/RN, e 30 (trinta) questões sobre Conhecimentos Específicos, conforme conteúdo programático indicado no Edital.
- Cada uma das questões valerá 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos, totalizando assim o valor máximo de 10 (dez) pontos.
- Haverá, na folha de respostas, para cada questão, quatro campos de marcação: um campo para cada uma das quatro opções A, B, C e D, sendo que o(a) candidato(a) deverá preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando da questão.
- Não será permitida a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e (ou) legislação.
- O(a) candidato(a) deverá estar munido(a) somente de caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente e do documento de identidade original.
- Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha durante a realização da prova.
- Será eliminado da seleção o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando: a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, Walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.; b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros e protetor auricular; c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.
- Somente serão permitidos lanches de rápido consumo, desde que armazenados em material transparente e sem rótulos que impeçam a visualização de seu conteúdo.
- O(a) candidato(a) deverá portar sua própria garrafa de água em material transparente e sem rótulo.
- A prova terá duração máxima de 03 (três) horas, no período das 09h00min às 12h00min.
- O(a) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, 1h após o seu início. A inobservância deste item acarretará a eliminação do(a) candidato(a) do processo seletivo.
- O(a) candidato(a) somente poderá retirar-se levando consigo o caderno de provas após 1h30min do início das provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer nas respectivas salas até que o(a) último(a) candidato(a) entregue a prova.

PARTE I – CONHECIMENTOS GERAIS.

1) A respeito da natureza e competência do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, compete ao TCE/RN:

- a) Julgar as contas do Governador do Estado, no prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento.
- b) Suspender, cautelarmente, a execução de ato ou procedimento, diante da iminência de lesão grave e de difícil reparação ao patrimônio público, ou determinar a sua suspensão, no caso de contrato.
- c) Julgar as contas das administrações municipais, até o final do exercício seguinte a que se referem as contas.
- d) Solucionar consulta formulada por órgão ou entidade sujeita à sua jurisdição sobre a interpretação de lei ou regulamento em matéria abrangida pelo controle externo, tendo a decisão caráter normativo, como prejulgamento do caso concreto.

2) A jurisdição do TCE/RN NÃO abrange:

- a) Qualquer pessoa ou entidade que receba recursos dos cofres públicos para a execução de serviços públicos estaduais ou municipais.
- b) Os dirigentes ou liquidantes de empresa encampada ou sob intervenção, ou que, de qualquer modo, venha a integrar, desde que permanentemente, o patrimônio do Estado, de Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal.
- c) Os servidores estaduais e municipais que recebam dinheiro a título de suprimentos de fundos, ou forma equivalente.
- d) Os dirigentes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos do Estado ou de Município.

3) A respeito da organização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte tem sede em Natal, Capital do Estado, e compõe-se de nove Conselheiros.
- b) Ao Tribunal é assegurada autonomia funcional e administrativa, mas não financeira.
- c) Compete às Câmaras do TCE/RN aprovar os planos de fiscalização a serem executados.
- d) Compete ao Pleno do TCE/RN decidir sobre consulta formulada por autoridade competente.

4) A respeito do funcionamento do Pleno do TCE/RN, assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal Pleno iniciará e encerrará os seus trabalhos, respectivamente, no primeiro e último dias úteis de cada período, com a realização de sessão e somente poderá reunir-se e deliberar com a presença de seis membros, sendo, no mínimo, a metade deles Conselheiros titulares.
- b) Os processos de natureza administrativa serão julgados após o julgamento daqueles constantes na ordem do dia.
- c) Ainda que iniciado o julgamento do processo, pode o Relator determinar diligência, mesmo que à revelia do Colegiado.
- d) Qualquer questão preliminar ou prejudicial será decidida antes do mérito, não se conhecendo deste, se incompatível com a decisão proferida naquela.

5) As sessões do Pleno poderão ser, EXCETO:

- a) Consultivas.
- b) Ordinárias.
- c) Extraordinárias.
- d) Administrativas.

6) A respeito das comissões permanentes e temporárias do TCE/RN, assinale a alternativa correta.

- a) São permanentes as comissões de Disciplina, de Jurisprudência, de Controle Interno e de Licitações.
- b) As comissões permanentes de Disciplina, de Controle Interno e de Licitações compõem-se de cinco membros efetivos e três suplentes, designados pelo Presidente, entre servidores do Tribunal.

- c) As comissões temporárias serão criadas pelo Presidente do Tribunal ou pelo Procurador-Geral de Contas.
- d) A comissão de Jurisprudência e a de Gestão de Pessoas do TCE/RN são de caráter temporário.

7) A respeito das suspeições e impedimentos dos Conselheiros do TCE/RN assinale a alternativa correta:

- a) A exceção de suspeição ou de impedimento poderá ser arguida, a qualquer tempo, na hipótese de motivos supervenientes, inclusive na própria sessão designada para julgamento e, quando julgada procedente, deverá ser designado substituto, que, no entanto, não deverá figurar como novo Relator do processo.
- b) As suspeições e impedimentos de Conselheiros serão arguidos voluntariamente por estes ou pelas partes interessadas em qualquer oportunidade que lhes for dada falar no processo.
- c) Os casos de suspeição ou impedimento não reconhecidos pelo excepto, serão decididos pelo Tribunal em sessão aberta, por maioria absoluta de votos, com participação do Ministério Público junto ao Tribunal.
- d) Não se aplicam nas hipóteses de suspeição e impedimento arguidas perante o TCE/RN, as disposições previstas no Código de Processo Civil, mas apenas as previstas na sua Lei Orgânica e no seu Regimento Interno.

8) Será considerado vago o cargo de Conselheiro, EXCETO:

- a) Pela perda do cargo.
- b) Pela aposentadoria.
- c) Pela promoção.
- d) Pela renúncia.

9) A respeito do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público junto ao Tribunal não poderá celebrar Termo de Ajustamento de Gestão com os jurisdicionados.
- b) Os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas participam das sessões, sem direito a voto, e intervêm, facultativamente, nos processos de prestação ou tomada de contas, admissão de pessoal, concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva remunerada e pensões, denúncias e outros indicados no regimento interno.
- c) Em todos os feitos, nos quais lhe caiba funcionar, o Ministério Público junto ao Tribunal será o primeiro a ser ouvido, mesmo quando se tratar de recurso interposto por ele.
- d) Incumbe ao Procurador-Geral, ou seu substituto, oficial, com exclusividade, nos feitos de competência do Pleno do Tribunal, salvo nas hipóteses de apreciação de atos de pessoal sujeitos a registro, cuja competência é comum ao Procurador-Geral e aos demais Procuradores, inclusive para fins recursais.

10) Com relação aos serviços técnicos e administrativos do TCE/RN, assinale a alternativa que corresponde às atribuições da Secretaria de Controle Externo.

- a) Expedir, sob a supervisão e após a aprovação da Presidência do Tribunal, notas técnicas para orientação dos jurisdicionados quanto à atuação fiscalizatória do controle externo.
- b) Planejar, organizar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas às funções de administração geral, de pessoal, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial e de serviços gerais, necessárias ao funcionamento do Tribunal.
- c) Estabelecer as normas relativas aos serviços internos do Tribunal, nos termos de delegação do Presidente.
- d) Ordenar, por delegação do Presidente, as despesas relativas à administração do Tribunal.

PARTE II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11) Baseado no que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa que indica corretamente um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

- a) Pluralismo político.
- b) Garantia do desenvolvimento nacional.
- c) Prevalência dos direitos humanos.
- d) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.

12) Em relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido, inclusive, o anonimato.
- b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, somente podendo nela penetrar com o consentimento do morador ou mediante autorização judicial.
- c) A autoridade competente poderá usar de propriedade particular em caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- d) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que haja autorização e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

13) Sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, especificamente quanto à repartição constitucional de competências, é correto afirmar:

- a) Cabe aos Estados explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.
- b) Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário.
- c) Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre trânsito e transporte.
- d) Compete privativamente aos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

14) De acordo com a Constituição federal, assinale a opção correta em relação à acumulação remunerada de cargos públicos.

- a) É proibida a acumulação remunerada de dois cargos de professor, ainda que haja compatibilidade de horários.
- b) É proibida a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo em caso de dois cargos de professor e um cargo técnico ou científico, observada a compatibilidade de horários.
- c) É permitida, em regra, a acumulação remunerada de cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários.
- d) É possível a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, desde que haja compatibilidade de horários.

15) Com base no regramento constitucional dado ao controle de constitucionalidade das leis e atos normativos é possível afirmar:

- a) As leis e atos normativos federais e estaduais podem ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade.
- b) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- c) Somente as leis e atos normativos federais podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
- d) As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Legislativo, Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

16) Em relação à Administração Pública, conforme disciplina constitucional e entendimento dos Tribunais Superiores, considere as alternativas abaixo e assinale a opção correta.

- a) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, não havendo previsão de direito de regresso contra o responsável.
- b) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- c) Somente as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- d) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável somente nos casos de dolo.

17) Em relação ao Poder Legislativo, conforme disciplina constitucional, é possível afirmar que:

- a) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- b) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- c) O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos segundo o princípio majoritário.
- d) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

18) Com base na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, a respeito do Tribunal de Contas e da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, é correto afirmar:

- a) O controle interno, a cargo da Assembleia Legislativa, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- b) No exercício do controle externo, a Assembleia Legislativa poderá, por aprovação de maioria absoluta de seus membros, sustar os efeitos das decisões cautelares, inclusive as que versarem sobre imposição de multa, proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado e por seus membros, até o julgamento do mérito do processo.
- c) As decisões do Tribunal de Contas, de que resulte imputação de débito ou multa, têm eficácia de título executivo.
- d) Os Conselheiros do Tribunal de Contas são escolhidos em número de 04 pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, e em número de 03 pela Assembleia Legislativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

19) Acerca dos princípios que regem o Direito Administrativo, assinale a opção correta.

- a) O exercício da autotutela pela Administração Pública afasta a possibilidade de apreciação posterior pelo Poder Judiciário.
- b) O princípio da eficiência, embora de singular importância à Administração Pública, não está disposto expressamente na Constituição Federal.
- c) Segundo o princípio da legalidade, o agente público somente pode agir quando autorizado por lei, aplicando-se o critério da subordinação à lei.
- d) A publicidade dos atos do poder público é medida excepcional, devendo ser priorizado o sigilo das informações.

20) Quanto aos atos administrativos é correto afirmar:

- a) É possível a revogação dos atos administrativos pela Administração Pública, por razões de oportunidade e conveniência.

- b) Os atos administrativos quando eivados de ilegalidade podem ser revogados pela Administração Pública.
- c) Não cabe ao Poder Judiciário exercer controle de legalidade sobre os atos administrativos.
- d) A anulação de ato administrativo se insere no campo da discricionariedade do agente público.

21) A respeito da Organização Administrativa assinale a opção correta.

- a) Os órgãos públicos possuem personalidade jurídica própria.
- b) A criação das entidades da Administração Indireta se dá pelo fenômeno da desconcentração.
- c) Os órgãos públicos surgem da desconcentração, como centros especializados de competências dentro da mesma pessoa jurídica.
- d) Na descentralização há manutenção da relação de subordinação entre a Administração Direta e Indireta.

22) Em relação à Administração Pública Indireta é correto afirmar o que se segue.

- a) Cabe à lei ordinária a definição das áreas de atuação das fundações.
- b) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.
- c) As empresas públicas e sociedades de economia mista, assim como as autarquias, são criadas por lei específica.
- d) Prescinde de autorização legislativa a criação das subsidiárias das entidades da Administração Indireta.

23) Com base na atual redação da Lei nº 8.429/1992, que trata das sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, indique a alternativa correta.

- a) Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas e culposas que se enquadrem como enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou violação aos princípios da Administração Pública.
- b) Configura ato de improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência não pacificada.
- c) A Lei nº 8.429/1992 não se aplica àquele que não seja servidor público, ainda que induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- d) Para fins de caracterização do ato de improbidade administrativa, exige-se a prática de ato doloso com fim ilícito, não bastando a voluntariedade do agente.

24) Considerando a disciplina constitucional e as legislações pertinentes aos agentes públicos, analise as alternativas a seguir e indique a correta.

- a) A reversão é o retorno à atividade de servidor estável, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
- b) O provimento em cargo público se dá com a posse.
- c) A reintegração é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- d) A posse é o ato gerador da investidura em cargo público.

25) Nos termos da Constituição Federal, indique a alternativa correta.

- a) A investidura em emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- b) É vedado o acesso a cargos, empregos e funções públicas por estrangeiros.
- c) As nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração exigem prévia aprovação em concurso público.
- d) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.

26) A respeito da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta.

- a) O menor preço caracteriza-se como objetivo do processo licitatório.
- b) O diálogo competitivo é modalidade de licitação prevista na lei.
- c) É dispensável a licitação quando inviável a competição entre os participantes.

- d) O desenvolvimento nacional sustentável enquadra-se como critério de julgamento das propostas ofertadas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

27) No que diz respeito aos sujeitos do processo, nos termos do que dispõe o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta:

- a) O advogado tem direito a examinar, em cartório de fórum e secretaria de tribunal, mesmo sem procuração, autos de qualquer processo, independentemente da fase de tramitação, assegurados a obtenção de cópias e o registro de anotações, salvo na hipótese de segredo de justiça, nas quais apenas o advogado constituído terá acesso aos autos.
- b) Quando uma sociedade sem personalidade jurídica for demandada em juízo, admite-se, como matéria de defesa, que ela alegue a irregularidade de sua própria constituição.
- c) O advogado poderá renunciar ao mandato que lhe foi outorgado pela parte, independentemente de comunicação ao mandante, desde que o faça até a prolação de decisão de mérito no processo.
- d) Na assistência simples, somente com o consentimento do assistente a parte assistida poderá reconhecer a procedência do pedido, desistir da ação, renunciar ao direito sobre o que se funda a ação ou transigir sobre direitos controvertidos.

28) A respeito da aplicação das normas processuais, da jurisdição, da ação e da competência, marque a alternativa correta:

- a) A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, desprezadas as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte.
- b) Quando o direito já tiver sido violado, não se admite a propositura de ação meramente declaratória.
- c) Salvo autorização do ordenamento jurídico, a ninguém é dado o direito de, em nome próprio, pleitear direito alheio.
- d) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, ocasião em que os processos serão reunidos no mesmo juízo para tramitação e decisão conjuntas, ainda que um deles já tenha sido julgado por sentença.

29) Acerca da tutela de provisória e da contestação no Código de Processo Civil de 2015, é correto afirmar que:

- a) A tutela provisória não pode ter natureza satisfativa, pois se presta unicamente a assegurar a futura eficácia de tutela definitiva, resguardando direito a ser satisfeito, e não para satisfazer imediatamente o direito.
- b) Em todos os casos, a tutela provisória perde sua eficácia durante o período de suspensão do processo.
- c) Quando o réu alegar em contestação a sua ilegitimidade passiva, a ele não incumbe indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento.
- d) Em razão de critério territorial, pode-se alegar a incompetência relativa como preliminar de contestação.

30) A presunção de veracidade, quando decorrer da revelia, é:

- a) absoluta e diz respeito à matéria de fato e de direito
- b) relativa e diz respeito somente à matéria de direito.
- c) relativa e diz respeito somente à matéria fática.
- d) absoluta, mas diz respeito apenas à matéria de direito.

31) Recursos são meios de impugnação de decisões que se caracterizam por serem voluntários, internos ao processo em que prolatada a decisão impugnada, previstos legalmente e com aptidão de acarretar a reforma, a anulação, o esclarecimento ou a integração da decisão que se impugna. A respeito dos recursos cíveis e da ação rescisória, é correto dizer que:

- a) O juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada.

- b) A simples propositura da ação rescisória suspende automaticamente o cumprimento da decisão rescindenda.
- c) Não é cabível ação rescisória contra decisão interlocutória de mérito transitada em julgado.
- d) O recurso adesivo será admitido nas hipóteses de interposição de apelação, agravo de instrumento, embargos de declaração, recurso especial e recurso extraordinário.

32) Nos termos do Código de Processo Civil de 2015, não são precedentes obrigatórios, a serem observados por juízes e tribunais:

- a) Os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos.
- b) As decisões dos Tribunais de Contas em controle de legalidade, no que tange à interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) Os enunciados de súmula vinculante.
- d) Os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional

33) Assinale a alternativa correta no que tange aos atos e prazos processuais:

- a) Os atos processuais podem ser total ou parcialmente digitais, mas não podem ser comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.
- b) Acórdão é o pronunciamento judicial proferido em sede de tribunais, ainda que prolatado por apenas um dos membros integrantes do órgão colegiado.
- c) Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.
- d) Todos os prazos processuais são legais, não se admitindo a fixação de prazos pelo juiz.

34) Em conformidade com o disposto no Código de Processo Civil de 2015, marque a alternativa correta:

- a) Como regra, incumbe ao réu o ônus de provas os fatos constitutivos do direito postulado pelo autor na petição inicial.
- b) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
- c) A intimação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.
- d) Há impedimento do juiz para exercer sua função judicante no processo em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha.

DIREITO FINANCEIRO

35) O processo de elaboração do orçamento envolve várias etapas, dentre elas a aprovação das Leis Orçamentárias. De acordo com o que estabelece o art. 165 da Constituição Federal, cada uma dessas leis é proposta pelo

- a) Poder Legislativo.
- b) Ministério Público.
- c) Poder Judiciário.
- d) Poder Executivo.

36) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal entende-se como despesa total com pessoal o somatório dos gastos do ente da Federação com pessoal:

- a) ativos e inativos, relativos a cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder. Excluindo-se as despesas com os pensionistas.
- b) ativos, inativos e pensionistas, relativos a cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder.

- c) ativos, relativos a cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder. Excluindo-se as despesas com pessoal inativo e os pensionistas.
- d) ativos, inativos e pensionistas, relativos a cargos, funções ou empregos. Excluindo-se as despesas com pessoal relativas aos militares e membros de Poder, que são registradas em orçamento separado.

37) A contabilidade aplicada ao setor público, relacionada ao aspecto orçamentário, compreende o registro e a evidenciação do orçamento público tanto quanto à sua aprovação quanto à sua execução. Qual é um dos principais relatórios gerados pelo sistema orçamentário?

- a) Relatório Geral da Execução Contábil.
- b) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- c) Relatório Analítico da Execução Fiscal.
- d) Balanço Patrimonial com demonstração do resultado.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

38) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto dizer que:

- a) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, sempre que for suscetível de readaptação.
- b) Em nenhuma hipótese a Constituição da República de 1988 permite a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social.
- c) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- d) Ainda que o servidor público tenha ingressado no serviço público até a data de publicação da Emenda à Constituição federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, não poderá aposentar-se com proventos integrais, pois não tem direito adquirido para tanto.

39) No que concerne aos beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte (RPPS/RN), nos termos da Lei Complementar Estadual nº 308/2005, marque a alternativa correta:

- a) O cônjuge, a companheira, o companheiro, inclusive do mesmo sexo, e o filho não emancipado, menor de vinte e um anos ou inválido de qualquer idade são beneficiários do RPPS/RN, na qualidade de dependentes do segurado.
- b) A perda da qualidade de segurado do RPPS/RN ocorrerá apenas na hipótese de demissão, mas não de morte ou exoneração.
- c) O militar estadual da ativa não é considerado segurando do RPPS/RN.
- d) Deixa de ser filiado ao RPPS/RN, na qualidade de segurado, servidor estadual titular de cargo efetivo que esteja em outro país por afastamento remunerado.

40) No que diz respeito ao controle externo de atos de pessoal pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), nos termos da Lei Complementar Estadual nº 464/2012 (Lei Orgânica do TCE/RN), é correto dizer que:

- a) Compete ao TCE/RN apreciar, para fins de registro, a legalidade de atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração estadual e municipal, direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargos de provimento em comissão.
- b) Compete ao TCE/RN apreciar, para fins de registro, a legalidade de atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração estadual e municipal, direta e indireta, inclusive quanto às nomeações para cargos de provimento em comissão.
- c) Não compete ao TCE/RN apreciar, para fins de registro, a legalidade das concessões de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva remunerada e pensão, no âmbito da administração estadual e municipal, direta e indireta.
- d) A competência do TCE/RN para análise, com vistas a registro, da legalidade das nomeações para cargos de provimento em comissão estende-se à designação para funções de confiança.

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO NO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
(EDITAL N. 003/2022-TCE/RN)**

ÁREA DE FORMAÇÃO: ENGENHARIA CIVIL

NOME DO CANDIDATO(A): _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____ **CPF:** _____



CADERNO DE PROVA OBJETIVA

Instruções:

- Esta prova é composta de 40 (quarenta) questões do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais, correspondentes às Noções sobre a Organização do TCE/RN, e 30 (trinta) questões sobre Conhecimentos Específicos, conforme conteúdo programático indicado no Edital.
- Cada uma das questões valerá 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos, totalizando assim o valor máximo de 10 (dez) pontos.
- Haverá, na folha de respostas, para cada questão, quatro campos de marcação: um campo para cada uma das quatro opções A, B, C e D, sendo que o(a) candidato(a) deverá preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando da questão.
- Não será permitida a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e (ou) legislação.
- O(a) candidato(a) deverá estar munido(a) somente de caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente e do documento de identidade original.
- Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha durante a realização da prova.
- Será eliminado da seleção o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando: a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, Walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.; b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros e protetor auricular; c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.
- Somente serão permitidos lanches de rápido consumo, desde que armazenados em material transparente e sem rótulos que impeçam a visualização de seu conteúdo.
- O(a) candidato(a) deverá portar sua própria garrafa de água em material transparente e sem rótulo.
- A prova terá duração máxima de 03 (três) horas, no período das 09h00min às 12h00min.
- O(a) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, 1h após o seu início. A inobservância deste item acarretará a eliminação do(a) candidato(a) do processo seletivo.
- O(a) candidato(a) somente poderá retirar-se levando consigo o caderno de provas após 1h30min do início das provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer nas respectivas salas até que o(a) último(a) candidato(a) entregue a prova.

PARTE I – CONHECIMENTOS GERAIS.

1) A respeito da natureza e competência do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, compete ao TCE/RN:

- a) Suspender, cautelarmente, a execução de ato ou procedimento, diante da iminência de lesão grave e de difícil reparação ao patrimônio público, ou determinar a sua suspensão, no caso de contrato.
- b) Julgar as contas do Governador do Estado, no prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento.
- c) Julgar as contas das administrações municipais, até o final do exercício seguinte a que se referem as contas.
- d) Solucionar consulta formulada por órgão ou entidade sujeita à sua jurisdição sobre a interpretação de lei ou regulamento em matéria abrangida pelo controle externo, tendo a decisão caráter normativo, como prejulgamento do caso concreto.

2) A jurisdição do TCE/RN NÃO abrange:

- a) Qualquer pessoa ou entidade que receba recursos dos cofres públicos para a execução de serviços públicos estaduais ou municipais.
- b) Os dirigentes ou liquidantes de empresa encampada ou sob intervenção, ou que, de qualquer modo, venha a integrar, desde que permanentemente, o patrimônio do Estado, de Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal.
- c) Os servidores estaduais e municipais que recebam dinheiro a título de suprimentos de fundos, ou forma equivalente.
- d) Os dirigentes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos do Estado ou de Município.

3) A respeito da organização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte tem sede em Natal, Capital do Estado, e compõe-se de nove Conselheiros.
- b) Ao Tribunal é assegurada autonomia funcional e administrativa, mas não financeira.
- c) Compete ao Pleno do TCE/RN decidir sobre consulta formulada por autoridade competente.
- d) Compete às Câmaras do TCE/RN aprovar os planos de fiscalização a serem executados.

4) A respeito do funcionamento do Pleno do TCE/RN, assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal Pleno iniciará e encerrará os seus trabalhos, respectivamente, no primeiro e último dias úteis de cada período, com a realização de sessão e somente poderá reunir-se e deliberar com a presença de seis membros, sendo, no mínimo, a metade deles Conselheiros titulares.
- b) Os processos de natureza administrativa serão julgados após o julgamento daqueles constantes na ordem do dia.
- c) Ainda que iniciado o julgamento do processo, pode o Relator determinar diligência, mesmo que à revelia do Colegiado.
- d) Qualquer questão preliminar ou prejudicial será decidida antes do mérito, não se conhecendo deste, se incompatível com a decisão proferida naquela.

5) As sessões do Pleno poderão ser, EXCETO:

- a) Ordinárias.
- b) Extraordinárias.
- c) Administrativas.
- d) Consultivas.

6) A respeito das comissões permanentes e temporárias do TCE/RN, assinale a alternativa correta.

- a) As comissões permanentes de Disciplina, de Controle Interno e de Licitações compõem-se de cinco membros efetivos e três suplentes, designados pelo Presidente, entre servidores do Tribunal.
- b) São permanentes as comissões de Disciplina, de Jurisprudência, de Controle Interno e de Licitações.

- c) As comissões temporárias serão criadas pelo Presidente do Tribunal ou pelo Procurador-Geral de Contas.
- d) A comissão de Jurisprudência e a de Gestão de Pessoas do TCE/RN são de caráter temporário.

7) A respeito das suspeições e impedimentos dos Conselheiros do TCE/RN assinale a alternativa correta:

- a) A exceção de suspeição ou de impedimento poderá ser arguida, a qualquer tempo, na hipótese de motivos supervenientes, inclusive na própria sessão designada para julgamento e, quando julgada procedente, deverá ser designado substituto, que, no entanto, não deverá figurar como novo Relator do processo.
- b) As suspeições e impedimentos de Conselheiros serão arguidos voluntariamente por estes ou pelas partes interessadas em qualquer oportunidade que lhes for dada falar no processo.
- c) Os casos de suspeição ou impedimento não reconhecidos pelo excepto, serão decididos pelo Tribunal em sessão aberta, por maioria absoluta de votos, com participação do Ministério Público junto ao Tribunal.
- d) Não se aplicam nas hipóteses de suspeição e impedimento arguidas perante o TCE/RN, as disposições previstas no Código de Processo Civil, mas apenas as previstas na sua Lei Orgânica e no seu Regimento Interno.

8) Será considerado vago o cargo de Conselheiro, EXCETO:

- a) Pela perda do cargo.
- b) Pela aposentadoria.
- c) Pela promoção.
- d) Pela renúncia.

9) A respeito do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta.

- a) Incumbe ao Procurador-Geral, ou seu substituto, oficial, com exclusividade, nos feitos de competência do Pleno do Tribunal, salvo nas hipóteses de apreciação de atos de pessoal sujeitos a registro, cuja competência é comum ao Procurador-Geral e aos demais Procuradores, inclusive para fins recursais.
- b) O Ministério Público junto ao Tribunal não poderá celebrar Termo de Ajustamento de Gestão com os jurisdicionados.
- c) Os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas participam das sessões, sem direito a voto, e intervêm, facultativamente, nos processos de prestação ou tomada de contas, admissão de pessoal, concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva remunerada e pensões, denúncias e outros indicados no regimento interno.
- d) Em todos os feitos, nos quais lhe caiba funcionar, o Ministério Público junto ao Tribunal será o primeiro a ser ouvido, mesmo quando se tratar de recurso interposto por ele.

10) Com relação aos serviços técnicos e administrativos do TCE/RN, assinale a alternativa que corresponde às atribuições da Secretaria de Controle Externo.

- a) Expedir, sob a supervisão e após a aprovação da Presidência do Tribunal, notas técnicas para orientação dos jurisdicionados quanto à atuação fiscalizatória do controle externo.
- b) Planejar, organizar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas às funções de administração geral, de pessoal, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial e de serviços gerais, necessárias ao funcionamento do Tribunal.
- c) Estabelecer as normas relativas aos serviços internos do Tribunal, nos termos de delegação do Presidente.
- d) Ordenar, por delegação do Presidente, as despesas relativas à administração do Tribunal.

PARTE II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.

- 11) Na mecânica dos fluidos, a equação de Bernoulli, sem considerar as perdas de cargas, é dada por: $P/\gamma + V^2/2g + z = Cte$. Os termos a esquerda da igualdade nessa equação representam, respectivamente:
- energia potencial (ou de posição), energia cinética (ou taquicarga) e energia de fluxo.
 - energia de fluxo, energia potencial (ou de posição) e energia cinética (ou taquicarga).
 - energia de fluxo, energia cinética (ou taquicarga) e energia potencial (ou de posição).
 - energia cinética (ou taquicarga), energia de fluxo e energia potencial (ou de posição).
- 12) O valor da expressão: $2 \times 10^{-3} t + 4 \text{ Kg} - 10^6 \text{ mg}$, onde t (tonelada), Kg (quilo) e mg (miligrama) corresponde a:
- 8 t.
 - 5 Kg.
 - 5 t.
 - 7 Kg.
- 13) O procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental autoriza a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental é:
- Licença prévia.
 - Licença de instalação.
 - Estudo de impacto ambiental.
 - Licenciamento ambiental.
- 14) É considerada como uma das técnicas aplicadas para evitar o efeito da infiltração por capilaridade nas alvenarias:
- uso de manta asfáltica para aplicação na laje.
 - aplicar o reboco diretamente na alvenaria sem chapisco.
 - uso de impermeabilizante no piso adjacente.
 - uso de impermeabilizante na argamassa de assentamento dos tijolos de baldame e primeiras fiadas da alvenaria.
- 15) São estruturas que realizam a interface entre pavimentos de uma edificação, podendo dar suporte a contrapisos ou funcionar como teto. Geralmente, apoiam-se em vigas, que por sua vez, apoiam-se em pilares e realizam a distribuição adequada da carga da edificação:
- lajes.
 - radier.
 - pórticos.
 - sancas.
- 16) Produzindo consequências positivas nos orçamentos então previstos para as obras, os efeitos cotação, barganha e escala se caracterizam, respectivamente, pela:
- redução do preço dos insumos pela negociação na hora da compra, redução de custo da obra pela troca de serviços com fornecedores, redução de custo devido a diversidade de itens de serviços.
 - redução do custo da obra em virtude da compra dos insumos pelo menor preço, redução do preço dos insumos pela negociação de grande quantidade, ganho de eficiência decorrente da repetição sistemática de determinado serviço.
 - redução do preço dos insumos pela maior pesquisa junto a fornecedores, redução de custo da obra pela troca de serviços com fornecedores, redução de custo devido a diversidade de itens de serviços.
 - redução do preço dos insumos pela negociação na hora da compra, redução do preço dos insumos pela maior pesquisa junto a fornecedores, redução de custo devido a diversidade de itens de serviços.

17) Uma das funções do pavimento asfáltico é resistir aos esforços verticais produzidos pelo tráfego, sendo construída em camadas, das quais se destaca o revestimento asfáltico. Marque a alternativa de revestimento asfáltico que NÃO deve ser considerada como reforço estrutural.

- a) Microrrevestimento asfáltico.
- b) Concreto betuminoso usinado à quente.
- c) Pré-misturado à quente.
- d) Tratamento superficial duplo.

18) A execução de aterros é uma necessidade para a conformação geométrica das rodovias, servindo a propiciar a superfície onde será executado o pavimento. Marque a alternativa que informa a parte do aterro constituída de material selecionado responsável por receber diretamente as cargas do pavimento.

- a) Terrapleno.
- b) Corpo do aterro.
- c) Camada final.
- d) Camada drenante.

19) Na construção de um pavimento asfáltico vários ligantes asfálticos podem ser utilizados, entre eles um composto de material betuminoso ou asfalto aplicado à frio, disperso em água através de aditivos, muito utilizado no serviço de pintura de ligação. Marque a opção que se refere a esse ligante asfáltico.

- a) Cimento asfáltico de petróleo.
- b) Asfalto diluído de petróleo.
- c) Espuma de asfalto.
- d) Emulsão asfáltica.

20) A Política Nacional de Resíduos Sólidos preconiza a utilização dos aterros sanitários para a disposição final dos resíduos sólidos, que devem então substituir os lixões existentes. Marque a opção abaixo que NÃO se configura como exigência para construção e operação dos aterros sanitários.

- a) Impermeabilização do fundo e laterais para evitar a infiltração do chorume.
- b) Instalação de tubulações para coletar os gases e líquidos produzidos no aterro.
- c) Cooperativa de catadores para realizarem a triagem dos resíduos que chegam ao aterro.
- d) Controle de acessos e isolamento da área.

21) A Lei nº 12.462/2011 trouxe novas possibilidades de contratação de obras públicas, das quais se destaca a contratação da elaboração e do desenvolvimento dos projetos básico e executivo conjuntamente com a execução de obras e serviços de engenharia. Marque a alternativa que se refere ao regime desta contratação conjunta de projeto e obra.

- a) Empreitada integral.
- b) Contratação integrada.
- c) Contratação por tarefa.
- d) Empreitada por preço global.

22) A conservação rodoviária objetiva a manutenção da rodovia nos aspectos funcional e estrutural. Marque a alternativa que se refere ao serviço de conservação que visa a recuperação pontual do pavimento mediante reparo que trata as camadas do pavimento até alcançar o subleito.

- a) Tapa buraco.
- b) Remendo profundo.
- c) Reconformação da plataforma.
- d) Correção de defeitos localizados.

23) A construção de um pavimento asfáltico envolve a execução de vários serviços, entre eles o serviço que consiste na aplicação de material asfáltico sobre a superfície da base concluída, antes da execução do revestimento asfáltico, objetivando conferir coesão superficial, impermeabilização e permitir condições de aderência entre esta e o revestimento a ser executado. Esse serviço é denominado:

- a) Pintura de ligação.
- b) Lama asfáltica.
- c) Capa selante.
- d) Imprimação.

24) O controle tecnológico de obras de terraplenagem envolve vários ensaios, entre eles o ensaio de compactação de solos, conhecido como Ensaio de Compactação *Proctor*, que serve, entre outros, ao controle de qualidade de aterros de solo compactado. Quais as duas importantes informações fornecidas por este ensaio?

- a) Densidade real ótima e energia específica de compactação.
- b) Densidade real ótima e teor de umidade máxima.
- c) Energia específica de compactação e umidade de saturação.
- d) Massa específica aparente máxima do solo seco e umidade ótima.

25) Os elementos de drenagem são imprescindíveis em grandes áreas urbanas, pois servem a conduzir as águas precipitadas para locais de acumulação ou infiltração adequados. Para calcular a vazão de um determinado elemento de drenagem pela fórmula de *Manning* é necessário conhecer que parâmetros?

- a) Declividade, coeficiente de rugosidade, raio hidráulico e área da seção molhada.
- b) Declividade, índice de pluviosidade, raio hidráulico e tempo de concentração.
- c) Declividade, coeficiente de rugosidade, índice de pluviosidade e área da seção molhada.
- d) Área da seção molhada, coeficiente de rugosidade, índice de pluviosidade e tempo de concentração.

26) Especial atenção deve-se dar à produção das estruturas de concreto, especialmente visando evitar desvios de posicionamento, alinhamento e planeza dos elementos, pois podem trazer sérios prejuízos à execução das alvenarias de vedação. Assim, para dar início à produção da alvenaria, marque a opção INCORRETA:

- a) Concretagem do pavimento executado há pelo menos 15 dias.
- b) Retirada total do escoramento da laje do pavimento há pelo menos 15 dias.
- c) Ter sido retirado completamente o escoramento da laje do pavimento superior.
- d) Realização do chapisco há pelo menos 3 dias.

27) As vergas e contravergas são estruturas importantes para se evitar fissuras em 45° nas aberturas das alvenarias em portas e janelas. Nessa seara, dentre as opções a seguir, marque a opção FALSA:

- a) De modo geral, as contravergas deverão ser executadas quando o vão exceder 0,50m.
- b) As vergas deverão ser utilizadas na parte inferior do vão da janela.
- c) O apoio mínimo nas laterais para vergas e contravergas deve ser de 0,20m.
- d) Para vãos sucessivos com espaçamentos inferiores a 60 cm as vergas devem ser contínuas.

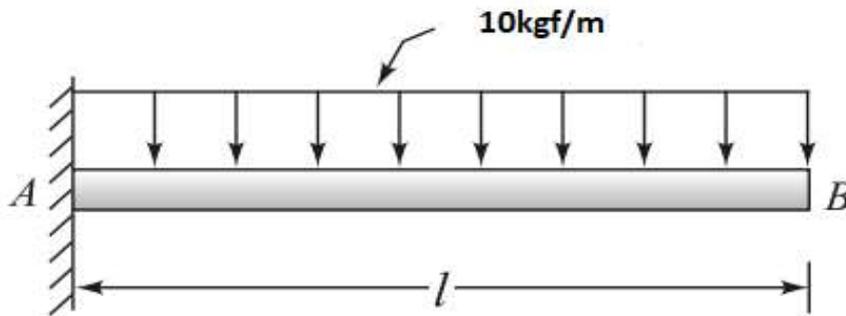
28) A cal aérea é comumente utilizada sob a forma de pasta pura ou de mistura com areia (argamassa), para revestimentos e rejuntamento de alvenaria. Nesse sentido, marque a alternativa INCORRETA:

- a) A adição da cal ao concreto é recomendável quando se pretende reduzir a permeabilidade e aumentar a trabalhabilidade.
- b) A extinção da cal ocorre por meio da sua hidratação.
- c) A extinção reduz a cal a pó, com considerável redução de volume.
- d) A cal virgem exposta ao ar extingue-se.

29) No saneamento o abastecimento de água é imprescindível conhecer as propriedades hidráulicas das variáveis que explicam o movimento e transporte dos fluidos. Nesse contexto, destaque a única alternativa CORRETA dentre as opções a seguir:

- a) Quanto maior for o diâmetro da tubulação, tanto maior serão as perdas e conseqüentemente menor será a pressão interna do fluido.
- b) Quanto maior for o diâmetro da tubulação, tanto maior será a velocidade do fluido e conseqüentemente maior será a sua pressão interna.
- c) Quanto menor for o diâmetro da tubulação, menor será a velocidade de deslocamento do fluido e menor será a pressão interna.
- d) Quanto menor for o diâmetro da tubulação, maior será a velocidade de deslocamento do fluido e menor será a pressão interna.

30) A viga da figura a seguir é uma estrutura engastada suportando um carregamento contínuo de 10 kgf/m. Assim, considerando sua extensão $l=12\text{m}$, o valor máximo de cisalhamento da peça e o correspondente momento fletor são, respectivamente:



- a) 120 kgf e 720 kgf.m.
- b) 120 kgf e 1.440 kgf.m.
- c) 720 kgf.m e 120 kgf.
- d) 1.440 kgf.m e 120 kgf.

31) A norma brasileira ABNT NBR 12721:2006 (item 3.9) assim conceitua o Custo Unitário Básico (CUB): “Custo por metro quadrado de construção do projeto-padrão considerado, calculado de acordo com a metodologia estabelecida em 8.3, pelos Sindicatos da Indústria da Construção Civil, em atendimento ao disposto no artigo 54 da Lei nº 4.591/64 e que serve de base para avaliação de parte dos custos de construção das edificações”. Isso significa que o Custo Unitário Básico é o custo por metro quadrado do projeto-padrão, calculado de acordo com a metodologia estabelecida pela ABNT NBR 12721:2006. Marque a alternativa CORRETA.

- a) O CUB/m² representa o custo parcial da obra, e não o global. Isto é, não leva em conta os demais custos, a exemplo de fundações, elevadores e outros.
- b) Quando se fala em CUB/m² da construção é a mesma coisa que falar em preço da construção.
- c) O CUB/m² não serve como parâmetro para se estimar os custos de um prédio residencial.
- d) O CUB/m² constitui-se na principal referência de composição do Índice Nacional da Construção Civil (INCC).

32) Na literatura de contabilidade de custos, temos o conceito de *Mark-up*, que é um fator que se aplica sobre o custo para se obter o preço de venda. O conceito de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) segue essa mesma lógica. Das alternativas abaixo, indique a que melhor representa o que se deve levar em consideração nas partes que compõe o BDI:

- a) Despesas financeiras, remuneração, contingências, tributos sobre o faturamento, seguros e garantias.
- b) Administração central, despesas financeiras, remuneração, tributos sobre o faturamento, seguros e garantias.

- c) Administração central, despesas financeiras, remuneração, contingências, tributos sobre o faturamento, seguros e garantias.
- d) Despesas financeiras, remuneração, contingências, tributos sobre o faturamento.

33) As tabelas de preço do Sicro e do Sinapi são parâmetros oficiais utilizados pela Administração para elaboração de orçamentos estimados de referência para contratação de obras e serviços de engenharia, que ganhou mais força na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). Com relação ao Sinapi e Sicro, quando utilizado pela Administração pública, aponte a alternativa CORRETA:

- a) Esses sistemas referenciais não conseguem refletir, com um adequado nível de precisão, todas as peculiaridades existentes numa obra ou serviço.
- b) Não é permitido à Administração contratante a elaboração de seu orçamento referencial, adotar valores distintos dos registrados na referida tabela, em nenhuma hipótese.
- c) Não se deve fazer adequações nas composições oficiais do Sicro e Sinapi para ajustar a uma peculiaridade de uma obra.
- d) Nenhuma das alternativas está correta.

34) A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) inovou em duas modalidades de licitação em relação à Lei nº 8.666/1993. São elas:

- a) Concorrência e concurso.
- b) Tomada de preços e convite.
- c) Tomada de preços e leilão.
- d) Pregão e diálogo competitivo.

35) Imagine a seguinte situação: a Administração Pública contratou a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) por meio de licitação, com base na Lei nº 8.666/1993. O prazo de execução previsto era de 32 meses. A data base do orçamento definida contratualmente foi a data da apresentação da proposta. Com fundamento no art. 40, XI e art. 55, III da Lei nº 8.666/1993, a contratada:

- a) Terá direito ao primeiro reajuste 12 meses a partir da Ordem de Serviço.
- b) Terá direito ao primeiro reajuste 12 meses a partir da data da apresentação da proposta.
- c) Terá direito ao primeiro reajuste 24 meses a partir da data base do orçamento ou da apresentação da proposta.
- d) Terá direito ao primeiro reajuste 12 meses a partir da assinatura do contrato.

36) O controle tecnológico é o conjunto de documentos elaborados, com base nos ensaios laboratoriais realizados pela equipe de fiscalização, supervisão ou execução da obra. Com base na importância do controle tecnológico, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Visa garantir a conformidade da obra.
- b) Não caracteriza os materiais e serviços empregados na obra.
- c) Serve de parâmetro para aceitação ou rejeição de serviços.
- d) Promover a melhoria contínua dos serviços executados.

37) Nos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93, nas alterações unilaterais demandadas pela Administração, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos e supressões de até 25% do valor inicial contratado. No caso de reforma de edifícios ou equipamentos, o limite para acréscimos será de até:

- a) 20%.
- b) 30%.
- c) 40%.
- d) 50%.

38) O fiscal de contratos de obras e serviços de engenharia tem papel importantíssimo durante todo o processo de execução contratual. Via de regra, ele pode ser responsabilizado por débitos originados de falhas na fiscalização. NÃO faz parte de suas atribuições:

- a) Motivar e justificar seus atos por escrito.
- b) Fazer memória de cálculo das medições, juntando a elas registros fotográficos.
- c) Deliberar sobre alterações de projeto em uma situação específica de mudança de projeto, especificação ou critério de pagamento de forma a se evitar a paralisação da obra.
- d) Atestar e fazer registro no diário de obras.

39) O período da pandemia de COVID-19 ocasionou aumentos significativos e sucessivos nos preços dos principais insumos da construção civil, impactando fortemente no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos de obras da Administração Pública. Segundo o art. 65, II, “d”, da Lei nº 8.666/1993, o instituto utilizado para tratar essa situação, decorrente da álea extraordinária e extracontratual, chama-se:

- a) Reajuste.
- b) Repactuação.
- c) Revisão/Recomposição.
- d) Atualização financeira.

40) Na feitura de um Boletim de Medição de uma obra pública, no regime de empreitada por preços unitários, deve conter informações que identifiquem e justifiquem bem o que o erário público irá efetuar pagamento e ao mesmo tempo favorecer a prestação de contas para os órgãos de controle e a sociedade. Deve ter, por exemplo: identificação do contrato (número, descrição do objeto e valor total), identificação do contratante e da empresa contratada, número da medição e o período a que se refere, quantidades acumuladas de cada serviço e valores totais acumulados de cada serviço, entre outras informações. Das alternativas abaixo indique uma que NÃO é necessária:

- a) Assinatura do Jurídico para atestar os serviços executados.
- b) Descrição dos Serviços.
- c) Preço unitário (A) e quantidades medidas no período (B).
- d) Valor total de cada serviço medido no período (AxB).

RASCUNHO: